ENACOL

RELATÓRIO E CONTAS 2021

Energia de todos

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 5
2. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS 7
3. PRINCIPAIS INDICADORES 13
4. ATIVIDADES 14
a. ENVOLVENTE DO MERCADO 14
b. ATIVIDADE OPERACIONAL 17
i. Aprovisionamento 17
ii. Distribuição Inter-ilhas 18
iii. Armazenagem e Enchimento de Gás 18
c. ATIVIDADE COMERCIAL 19
i. Vendas por Segmento 19
ii. Vendas por Tipo de Mercado 21
iii. Vendas por Produto 22
iv. Vendas por Ilha 23
5. COMPROMISSO COM A COMUNIDADE 24
a. Governação Empresarial 24
i. Estrutura Acionista 24
1. Modelo de Governance 25
2. Informação ao Acionista 27
b. Responsabilidade Social 29
6. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS 30
a. Principais Ações 30
b. Benefícios Sociais 35
c. Caracterização do Quadro de Pessoal 35
d. Absentismo 37
7. SEGURANÇA, SAÚDE E AMBIENTE 39
8. DESEMPENHO EMPRESARIAL 41
a. Análise dos Resultados 41

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

i. Rendimentos Operacionais 41
ii. Gastos Operacionais 42
iii. Margem Bruta 42
iv. EBITDA e Resultado Operacional 42
v. Resultados Financeiros 43
vi. Imposto sobre o Rendimento 43
vii. Resultado Líquido 43
b. Análise do Balanço e Estrutura Patrimonial 44
c. Investimentos 45
9. GESTÃO DE RISCO 46
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 50
11. DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA 51
12. NOTA FINAL 51
13. ANEXOS 52

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, apresentamos à apreciação da Assembleia-geral, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão da **ENACOL – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A. (ENACOL)** relativas ao exercício de 2021.

O Conselho de Administração

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caros Acionistas,

Ainda que 2021 não se tenha revelado o ano que ambicionávamos, com os efeitos da pandemia do Covid-19 ainda bastante presentes, foi um ano em que se observou a recuperação e reabertura da atividade económica de Cabo Verde, estimulada pelo avanço da taxa de vacinação no país e pelo alívio das medidas de contenção e restrições impostas. Pese embora as consequências adversas da pandemia na economia global, e em particular no setor petrolífero, ainda se tenham sentido, especialmente no setor da aviação, a ENACOL registou uma recuperação muito significativa, tendo inclusive aumentado a sua quota nos segmentos do Retalho, B2B e GPL. Este caminho de recuperação que a ENACOL tem vindo a fazer e os resultados encorajadores que tem obtido, bem como as atuais perspetivas de crescimento animadoras, mostram que a ENACOL está no bom caminho.

Durante o ano foram levadas a cabo um conjunto de ações com o propósito não só de fomentar as vendas e o crescimento da ENACOL, como também de apostar nas suas infraestruturas e meios, por forma a capacitar a Empresa a ultrapassar as adversidades e obstáculos que o mercado tem imposto. Definiu-se um programa de atuação capaz de alavancar e acelerar a dinâmica e recuperação da nossa atividade, que culminou na celebração de importantes contratos tanto com clientes como fornecedores. Realizaram-se igualmente investimentos estruturantes para a sustentabilidade da operação, como são exemplo a conclusão da adequação ao Sistema Petrolífero Nacional do Posto de Venda Fonte Meio em São Vicente, a manutenção do pipeline da Palmeira, os meios de combate à poluição e derrames, a aquisição de novas garrafas e também a substituição do *sealine* da Galé.

Por outro lado, e em consonância com a estratégia de desenvolvimento de negócio, adaptou-se a macro estrutura de gestão, agora orientada e alicerçada numa liderança mais focada nas pessoas e no Cliente, implementou-se para alguns colaboradores o formato híbrido de trabalho, com alternância entre o trabalho presencial e o teletrabalho e consolidou-se a cultura de segurança da Empresa, através da realização de treinos de respostas a emergências e dinamização de comissões e subcomissões de SSA.

A nível comercial, houve um foco na formação e especialização da nossa força de vendas na melhoria da qualidade do serviço ao cliente, com especial foco no mercado interno, cujos

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

resultados já são aliás visíveis, através do recente aumento significativo de vendas no Retalho e GPL. Estes são resultados que espelham o esforço despendido na materialização da estratégia da Empresa e um foco muito claro na melhoria da eficiência e produtividade da ENACOL.

De facto, é de louvar a determinação, dedicação e profissionalismo da equipa da ENACOL, por nunca ter abrandado o ritmo e por querer sempre mais, o que permitiu que se mantivesse o foco nos objetivos e se tivessem honrado todos os nossos compromissos, fossem eles financeiros ou operacionais.

Com o olhar no futuro, e perspetivas da recuperação económica otimistas, é com o mesmo espírito de entrega, profissionalismo e comprometimento que ambicionamos crescer, abraçar novos desafios e projetos, priorizando sempre a sustentabilidade da nossa operação e o foco e execução da nossa visão e estratégia.

Feita, em síntese, a análise do exercício económico de 2021, quero aqui deixar, em meu nome e de todo o Conselho de Administração, o profundo reconhecimento a todos os Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Acionistas, Entidades Públicas e Privadas pelo seu contributo na obtenção dos importantes resultados que ora se apresentam neste relatório e que, após dois anos especialmente desafiantes, marcam o início de um período de crescimento na ENACOL, assente numa equipa cada vez mais capaz e preparada e numa estratégia e visão renovadas.

Com os meus cordiais cumprimentos,

Jorge José Borges Carvalho
Com os meus cordiais cumprimentos,

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

2. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Janeiro	✓ O Governo decreta, no dia 15 de janeiro, a situação de calamidade na ilha de São Vicente e de contingência na ilha do Fogo e prorroga esta mesma situação nas demais ilhas do arquipélago, durante um período de trinta dias; ✓ No âmbito da contenção da **COVID-19**, nas instituições, estabelecimentos e serviços, a ENACOL recebe da IGAE - Inspeção-Geral das Atividades Económicas o "Selo de Conformidade Sanitária"; ✓ Paragem do Navio de Embalados **BOAVISTA**, devido à renovação dos Certificados Estatutários; ✓ O Governo estabelece novas bases gerais da organização e funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional (SPN), com alteração da especificação das características a que deve obedecer o **Fuel Óleo 380** com **0,5%** de teor de Enxofre destinado ao mercado interno nacional.
Fevereiro	✓ Início das operações do navio **BOAVISTA**, após paragem para manutenção e recertificação; ✓ Reinspecção e Certificação Estatutária do navio **BAIA**; ✓ A ENACOL, no âmbito da sua responsabilidade ambiental e com uma visão mais sustentável, lança campanha sob o mote – **ENACOL PROTEGE O AMBIENTE**, com a oferta aos colaboradores de garrafas reutilizáveis para consumo de água no posto de trabalho; ✓ ENACOL lança campanha de Segurança – **ENERGIA DE TODOS, SEGURANÇA DE TODOS**, a fim de sensibilizar os seus colaboradores e a comunidade em geral sobre a necessidade de combater a COVID-19.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

Março	✓ Administração das primeiras vacinas contra a COVID-19 em Cabo Verde; ✓ ENACOL participa na 3.ª Edição do Fórum "Cabo Verde Shipping", realizado pela empresa "Atlântico Business Development", com os principais objetivos de promover oportunidades e o desenvolvimento de negócios marítimos em Cabo Verde; ✓ Lançamento da 4.ª Edição do Programa TRAINEE, sendo o público-alvo jovens com Licenciatura/Mestrado, motivados e comprometidos com a carreira profissional para ocupar futuros cargos de Liderança.
Abril	✓ Resolução nº 55/2021 de 30 de abril: O Governo decreta a situação de calamidade nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago e Fogo, com base na evolução da situação epidemiológica no país; ✓ ENACOL vence concurso para fornecimento à TUI Group nos aeroportos da Boavista e do Sal; ✓ ENACOL apoia a Educação – Concurso de Programação "Mindelo Coding Challenge Marathon – MCCM", apostando em projetos ligados à educação que promovam o conhecimento.
Maio	✓ Assinatura do contrato de fornecimento de Jet-A1 em regime de exclusividade, para nova empresa aérea (BESTFLY) de voos Inter-Ilhas; ✓ Entrada em vigor desde o dia 26 de maio de 2021 do Regulamento sobre a metodologia de cálculo, distribuição, liquidação e cobrança das contribuições dos setores regulados pela Agência Reguladora Multissectorial da Economia – ARME (taxa de regulação); ✓ Aprovação do Regulamento Tarifário do Setor dos Combustíveis pelo CA da ARME no dia 13 de maio;

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

	✓ Melhoria das condições de segurança, mobilidade e integração através da realização do upgrade de 2 (duas) das Plataformas Core da ENACOL (*Microsoft Windows Server* & *Active Directory Domian Service* – Serviço de Autenticação de Domínio e *Microsoft Exchange Server* – Serviço de Email).
Junho	✓ Relançamento da Campanha focada na Cultura de Segurança das Operações – EU CONTROLO, com o foco principal no que é o papel de cada colaborador – EU DOU O EXEMPLO; ✓ No âmbito do Plano de Treinos e Simulacros, foi realizado um treino que visa testar a capacidade da evacuação geral da instalação e edifício administrativo em São Vicente; ✓ Renovação do contrato de fornecimento com a WFS para abastecimento do JET-A1 (aviões da LATAM) por mais um ano (julho/2021 a junho/2022); ✓ Suspensão da autorização de voo dos Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV); ✓ Realização de 1.ª edição do evento ENACOL TOWN HALL 2021, com o objetivo de partilhar a visão do futuro de energia sob o mote: "**O FUTURO DE ENERGIA COMEÇA HOJE, JUNTO PARA A MUDANÇA**"; ✓ Aprovação pelo Conselho de Administração de nova ESTRUTURA ORGÂNICA da ENACOL focada no cliente.
Julho	✓ Resolução nº 73/2021 de 13 de julho que vigora durante quinze dias: o Governo prorroga a situação de calamidade nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, maio, Santiago, Fogo e Brava, com base na evolução da situação epidemiológica no país;

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

	✓ Monitorização do estado de implementação do Plano de Contingência da ENACOL, estando na Fase 4, apesar de algum retrocesso face à Fase 3 com o ressurgimento de casos positivos.
Agosto	✓ O Governo divulga e implementa através da Resolução nº 82/2021 de 23 de agosto a medida de obrigatoriedade de apresentação de teste RT-PCR ou teste antigénio negativo válido a cada 14 (catorze) dias, ou do certificado COVID de vacinação; ✓ ENACOL promove formação sobre "REGRAS QUE SALVAM VIDAS (LSR)", por ter como objetivo principal a comercialização de combustíveis e exercendo por isso uma atividade de risco.
Setembro	✓ Contrato com a UCIG - *United Capital Investments Group* – através de *tender* 2021/2022 para fornecimento para a força aérea Americana; ✓ A ENACOL aposta numa plataforma de *Call Center*, com o lançamento de Novo Serviço de Atendimento para entrega de Gás ao Domicílio, nas Cidades da Praia e do Mindelo.
Outubro	✓ ENACOL realiza simulacro para cenário de derrame de combustível, durante transporte de combustível numa viatura cisterna realizada na avenida no Mindelo – São Vicente com participação de Entidades Externas; ✓ Simulacros nos PA´s de CALHETA, AVENIDA CIDADE DE LISBOA e SANTA MARIA para cenário de derrame de combustível e seguido de incêndio, durante operação de descarga de combustível com participação de Entidades Externas; ✓ Sob o mote "Cultura de Segurança Somos todos nós", a ENACOL promove ação de sensibilização sobre cultura de segurança; ✓ Realização de concursos de abastecimento de Jet-A1 cuja adjudicação foi favorável à ENACOL, nomeadamente, Tenders da Volga, da Lufthansa e da Transavia, para período de um ano;

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

	✓ A ENACOL realizou o maior abastecimento desde o início da Pandemia, com o fornecimento do Navio "Ruitafeng 88" efetuada via *pipeline*, em cerca 2 kton de gasóleo; ✓ Início dos voos da Tui Airways para as Ilhas do Sal e da Boa Vista, após Cabo Verde ter saído da lista vermelha da Pandemia COVID-19.
Novembro	✓ Contrato anual para fornecimento de Jet-A1 para os voos de Volga Dnepr Airlines, através da UCIG; ✓ Implementação da eFatura (faturação eletrónica), garantindo a comunicação à DNRE através do ERP Primavera da ENACOL; ✓ Comunicação e divulgação dos resultados de Satisfação e Motivação no Trabalho, através do Inquérito ao Clima Laboral; ✓ A Enacol promoveu caminhada ao ponto mais alto da Ilha de São Vicente – Monte Verde, alusiva à luta contra o Cancro de "PRÓSTATA e da MAMA".
Dezembro	✓ Tendo em conta a evolução da situação pandémica no país, Cabo Verde passa de situação de alerta para situação de contingência em todo o território nacional, com agravamento das medidas da Pandemia COVID-19; ✓ O Governo estabelece a obrigatoriedade de apresentação de resultado negativo de teste RT-PCR ou de teste rápido de antigénio para despiste de infeção pela COVID-19 para efeitos de entrada em território nacional, através da Resolução n.º 108/2021; ✓ Conclusão do processo do Tender CV 2022, para abastecimento de combustível ao País, de 01 de fevereiro de 2022 a 31 de janeiro de 2023, tendo sido selecionadas as empresas Trafigura (Gasóleo e Fuel) e Gunvor (Jet e Gasolina);

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

- ✓ Realização do evento "Townhall de Natal" da Unidade de Negócio Comercial da GALP, momento de partilha dos sucessos de 2021 e preparação para 2022.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

3. PRINCIPAIS INDICADORES

RESULTADOS					
Rubrica	Un	2021	2020	Variação Abs.	Variação %
Volume de Negócios	Contos	12.564.585	9.198.219	3.366.366	37%
EBITDA		819.648	36.921	782.727	2120%
Resultados Operacionais		536.734	-241.757	778.491	322%
Resultados Antes de Impostos		539.315	-237.381	776.696	327%
Resultado Líquido		472.305	-242.675	714.980	295%

MARGENS E INDICADORES					
Rubrica	Un	2021	2020	Variação Abs.	Variação %
Margem Bruta	Contos	2.401.827	1.386.517	1.015.310	73%
Capex		286.134	111.150	174.984	157%
Autonomia Financeira	%	64,94%	70,03%	-5,09 pp	-
Endividamento		35,06%	29,94%	5,12 pp	-
Rentabilidade Líquida das Vendas		3,78%	-2,66%	6,43 pp	-
Rentabilidade do Activo Líquido		7,55%	-4,74%	12,29 pp	-
Rent. Do Capital Próprio		11,63%	-6,76%	18,39 pp	-
Liquidez Geral		1,81	1,89	-0,08	-4%
Liquidez Geral Imediata		0,15	0,34	-0,19	-55%
Solvabilidade Total		1,85	2,34	-0,49	-21%
Prazo Médio de Recebimentos (meses)	Meses	1,60	1,56	0,04	3%
Prazo Médio de Pagamentos (meses)		1,42	1,46	-0,03	-2%

SITUAÇÃO FINANCEIRA					
Rubrica	Un	2021	2020	Variação Abs.	Variação %
Ativo Líquido	Contos	6.253.443	5.123.120	1.130.323	22%
Capital Próprio		4.061.155	3.588.849	472.306	13%
Capital Social		1.000.000	1.000.000	-	0%
Passivo		2.192.289	1.534.271	658.018	43%

RESUMO OPERACIONAL					
Rubrica	Un	2021	2020	Variação Abs.	Variação %
Número de Importações	Un.	119	110	9	8%
Quantidades Importadas	tm	178.807	157.118	21.689	14%
Distribuição Inter-ilhas	m^3	209.552	163.864	45.688	28%
Quantidades Vendidas	tm	173.390	155.671	17.719	11%
Vendas *in-land*		83.106	76.472	6.634	9%
Bancas marítimas		70.636	50.860	19.776	39%
Aviação		19.648	28.339	-8.691	-31%

PESSOAL					
Rubrica	Un	2021	2020	Variação Abs.	Variação %
Pessoal ao Serviço na Empresa (nº médio)		208	211	-3	-1%

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

4. ATIVIDADES

a. ENVOLVENTE DO MERCADO

De acordo com o relatório de política monetária do Banco de Cabo Verde (BCV) publicado em outubro de 2021, os desenvolvimentos macrofinanceiros do país e dos seus parceiros continuaram, nos últimos seis meses, a ser marcados pela crise sanitária global.

Os sinais de recuperação da atividade económica nacional, em particular no segundo trimestre do ano, estiveram indelevelmente associados à reabertura gradual da atividade económica com o avanço da taxa de vacinação no país e o consequente alívio das restrições impostas e das medidas de contenção, bem como, aos apoios das medidas de política orçamental. Não é igualmente de se descurar o efeito de base, considerando os estados de emergência decretados durante o primeiro semestre do ano transato.

O produto interno bruto (PIB) em volume no país cresceu 5,6% em termos homólogos no primeiro semestre. As economias da Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido, principais parceiros económicos do país, registaram uma recuperação da atividade económica, com particular ênfase no segundo trimestre deste ano.

Em consequência, num contexto de recuperação da procura interna, e de um aumento dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas no mercado internacional, bem como, de efeito de base (quando os preços são comparados com os baixos níveis que prevaleciam no início da pandemia), as pressões inflacionistas em Cabo Verde indiciam sinais de algum aumento. Ao analisarmos a evolução até agosto, a taxa de inflação homóloga, aumentou de 0% em março para 2,4% em agosto o que é significativo. Por outro lado, a taxa de variação média dos últimos doze meses do índice de preços no consumidor cifrou-se em 0,5%, mantendo a tendência de estabilidade e moderação, característica dos últimos anos.

A aceleração da vacinação em curso estará a contribuir para conter a taxa de propagação da pandemia, permitindo antecipar o alívio das restantes restrições à atividade económica, proporcionando um cenário favorável para a economia nacional iniciar uma fase de crescimento. Em consequência, estima-se que o PIB tenha crescido em torno de 6,6% em 2021. Estas projeções, face às divulgadas em abril, incluem uma revisão em alta do crescimento do PIB para 2021, em 0,8 pontos percentuais, refletindo os impactos positivos

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

na atividade económica da alteração das hipóteses das projeções e do dinamismo do PIB maior do que o esperado face ao efeito de base derivado dos estados de emergência e de contingência decretados durante o ano anterior. Relativamente à taxa de inflação para 2021, esta deverá situar-se nos 1,9%, segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística).

O preço médio do barril de *brent*, que serve de referência para o mercado cabo-verdiano, aumentou 97,6%, em termos homólogos, em outubro, fixando-se em cerca de 84 USD (o que compara aos 42 USD de outubro do ano anterior), o valor mais alto desde novembro de 2014. Do início do ano ao final de outubro, o preço do barril de *brent* aumentou 55,4%. A crise energética global associada à redução na oferta por parte de alguns produtores da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e os seus aliados (OPEP+) e aumento da procura, bem como, a queda nas reservas de petróleo norte-americanas, explicam a evolução recente dos preços do petróleo.

As pressões inflacionistas estarão a refletir, em grande medida, a transmissão dos preços internacionais das matérias-primas energéticas e não energéticas aos preços internos, com a atualização em alta dos preços administrados de combustíveis (petróleo, gasóleo, gasolina e gás) que de abril a outubro já cresceram em média 25,9% em termos homólogos, bem como, dos preços da eletricidade (por escalões) que aumentaram em outubro, em média, 30,7%. O aumento da inflação importada, bem como da procura interna aliado a algum condicionamento na oferta de alguns produtos estarão, igualmente a explicar a evolução dos preços no consumidor.

Para 2022, o nível de incerteza em torno da evolução da pandemia será ainda relativamente elevado. Além disso, mesmo com a atenuação da crise sanitária, as consequências da pandemia permanecerão. Estima-se que o PIB não retornará ao nível pré-pandémico até o final de 2022 (devendo situar-se nos 5,6% nesse ano), havendo essa possibilidade apenas a partir de 2023. A taxa de inflação para 2022 deverá atingir os 1,9%. Isso sugere que o impacto da crise sanitária, embora temporário, será relativamente persistente. O ritmo de recuperação das exportações de turismo será muito lento em 2022 e os fluxos de turismo ficarão ainda muito abaixo dos níveis pré-crise.

Refira-se ainda que a crise poderá provocar profundas mudanças estruturais no sistema produtivo da economia, exigindo a realocação dos fatores de produção entre diferentes setores e empresas. O elevado endividamento de alguns segmentos do setor empresarial, devido ao longo período de redução drástica das receitas durante a pandemia, poderá levar à falência

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

de algumas empresas. O consequente impacto adverso sobre os índices de capital dos bancos poderá, por sua vez, aumentar o custo de financiamento para as famílias e as empresas e, ao mesmo tempo, reduzir a sua disponibilidade, com as suas consequências negativas na atividade económica nacional.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

b. ATIVIDADE OPERACIONAL

i. Aprovisionamento

Em 2021, a ENACOL adquiriu 178.807 toneladas métricas (TM) de produtos petrolíferos, com uma variação positiva de (14%) em relação ao período homólogo de 2020.

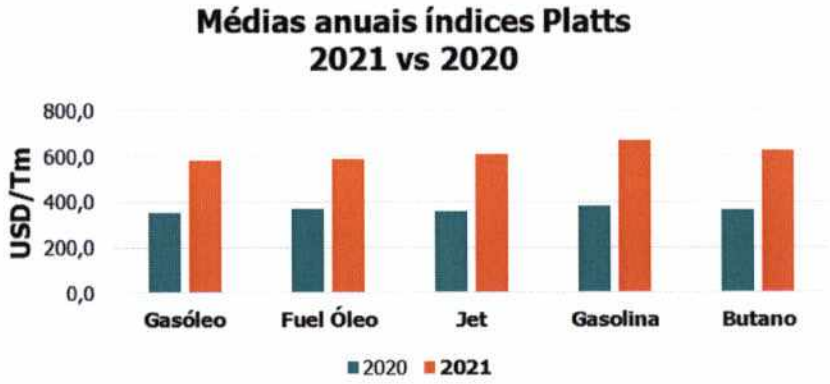
Tendência crescente para todos os produtos à exceção do JET A1 acompanhando o comportamento do mercado.

Em relação aos custos de importação, nota-se o efeito da recuperação na cotação internacional dos produtos petrolíferos.

O quadro seguinte resume a evolução das importações, em quantidade e em valor, entre 2020 e 2021.

IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS								
PRODUTO	2021		2020		VARIAÇÃO			
	Quant (tm)	Valor (contos)	Quant (tm)	Valor (contos)	Quant (tm)		Valor (contos)	
Gasóleo	65.000	3.798.298	57.412	2.702.189	7.588	(+13,2%)	1.096.108	(+40,6%)
Fuelóleo	79.771	4.065.599	58.019	2.127.718	21.752	(+37,5%)	1.937.881	(+91,1%)
Jet	18.269	1.111.788	30.500	1.857.481	-12.231	(-40,1%)	-745.693	(-40,1%)
Gasolina	5.216	364.761	4.300	220.111	916	(+21,3%)	144.650	(+65,7%)
Butano	6.197	414.492	5.434	247.348	762	(+14,0%)	167.144	(+67,6%)
Lubrificantes	766	223.025	657	161.128	109	(+16,6%)	61.897	(+38,4%)
Betumes	3.588	177.628	796	27.809	2.792	(+350,8%)	149.818	(+538,7%)
TOTAL	**178.807**	**10.155.591**	**157.118**	**7.343.785**	**21.689**	**(+13,8%)**	**2.811.806**	**(+38,3%)**

O gráfico seguinte ilustra a variação, entre 2020 e 2021, das médias anuais do índice *Platts* dos produtos petrolíferos comercializados pela **ENACOL**.



Fonte: GALP

Importa destacar que em 2021, por conta de mudança na legislação, passou a consumir-se no País o Gasóleo de 10 ppm (Baixo Teor de Enxofre).

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

ii. Distribuição Inter-ilhas

Como se pode verificar no quadro abaixo, houve um aumento nos volumes de combustíveis transportados em 2021 entre as diversas ilhas em relação ao ano anterior, com enfoque percentual nos meios próprios.

VOLUMES COMBUSTÍVEIS DISTRIBUÍDOS INTER-ILHAS					
Frota	2021		2020		Variação
	Quant (m^3)	Peso	Quant (m^3)	Peso	
Frota própria	195.422	93,3%	142.747	87,1%	36,9%
Frota terceiros	14.131	6,7%	21.117	12,9%	-33,1%
TOTAL	**209.552**	**100,0%**	**163.864**	**100,0%**	**27,9%**

Obs: Os volumes apresentados incluem os Embalados (Gás e Lubrificantes) e excluem taras

iii. Armazenagem e Enchimento de Gás

Na Instalação de GPL na Achada Grande - Praia, armazenagem Primária de Gás butano do País, foram movimentadas 13.051 tm de produto, um decréscimo de 0,7% face ao ano transato.

A quantidade acima apontada refere-se ao enchimento das taras quer da ENACOL, quer da segunda petrolífera que opera no País.

ENCHIMENTO DE BUTANO NA ILPG				
Tipo Embalagem	Toneladas		Variação	
	2021	2020	Abs.	%
Garrafa 3 kg	348	599	-251	-41,9%
Garrafa 6 kg	402	396	7	1,7%
Garrafa 12,5 kg	2.712	2.966	-254	-8,6%
Garrafa 55 kg	524	473	51	10,7%
Contentores	9.065	8.712	353	4,1%
TOTAL	**13.051**	**13.146**	**-94**	**-0,7%**

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

c. ATIVIDADE COMERCIAL

A pandemia que nos assola desde 2020, teve ainda em 2021 um forte efeito na economia, que continuou muito condicionada pelas restrições impostas quer a nível do mercado nacional, quer a nível mundial.

No entanto, o ano de 2021 fica marcado pela reabertura do mercado do turismo, com impacto direto nas atividades económicas a partir do último trimestre, altura que começaram a chegar os aviões com turistas para os resorts das ilhas do Sal e da Boavista.

O volume de vendas da ENACOL em 2021 ascendeu a 173.390 tm, cerca de 17.719 tm a mais que em 2020, ano em que ficamos pelas 155.671 tm, representando um crescimento de volumes de cerca de 11,4%.

Esta variação, inferior à do mercado que se situou nos 13,1%, é reflexo do aumento das vendas em quase todos os segmentos, mas também da acentuada diminuição das vendas no segmento da aviação que, no primeiro trimestre de 2020 ainda funcionou normalmente, mas em 2021 caiu 30,7%.

i. Vendas por Segmento

Ao analisarmos as vendas por segmento, verifica-se que em 2021 a Marinha foi o segmento com maior crescimento, 38,9%, logo seguido do Retalho com 17,7%. A aviação, embora com sinais de retoma a partir do último trimestre viu o volume diminuir em cerca de 30,7%. Comparando com o mercado nota-se que a queda do mercado é muito menor, facto que é explicado pelo perfil dos nossos clientes, mais dedicados ao turismo. Devemos, ainda, ter em consideração que no primeiro trimestre de 2020 estávamos no período pré–Covid, ou seja, com o turismo a funcionar normalmente.

Registou-se um crescimento nas vendas dos clientes diretos em 5,8%, comportamento contrario ao mercado que sofreu uma ligeira queda de 0,3%, o que indica que a Enacol conseguiu recuperar mais rapidamente. De igual modo, como realçámos anteriormente, deve ter-se em consideração que as vendas do primeiro trimestre de 2020 ocorreram num período normal e por isso mesmo impactam negativamente o resultado da análise comparativa entre os dois anos.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

A ENACOL movimentou 70.636 tm de produto na Marinha, alcançando uma quota de mercado de 59,0% sensivelmente igual à do ano anterior de 59,1%.

Nos clientes diretos, conforme referido anteriormente, o crescimento foi acima do mercado o que logicamente fez com que a quota, de 57,8%, fosse superior à do ano anterior em que situou nos 54,5%. O mercado, neste segmento, atingiu as 92.232 tm com a ENACOL a contribuir com 50.432 tm, ou seja, com mais 2.908 tm que no ano transato.

O desempenho na aviação ficou aquém das expetativas tendo os volumes do ano caído de 28.339 tm para 19.648 tm, uma quebra de 30,7% e a quota passado de 54,4% para 40,6%, ou seja, uma diminuição de 13,9% face ao ano anterior.

De evidenciar também o Retalho e o GPL, segmentos onde a ENACOL teve um crescimento superior ao do mercado, com destaque para o GPL onde a ENACOL vem verificando, ao longo dos últimos anos, uma ligeira mas constante tendência de crescimento de quota, como o crescimento em 2021 de 1,0% de quota confirma.

No que se refere aos lubrificantes, o mercado acompanhou a tendência da maioria dos produtos, com um crescimento de 6,5%.

No entanto as vendas da ENACOL que em 2020 atingiram as 705 tm, diminuíram para 689 tm, traduzindo numa queda de 2,3%, fixando a nossa quota de mercado nos 39,9%, ou seja menos 3,6pp que no ano transato.

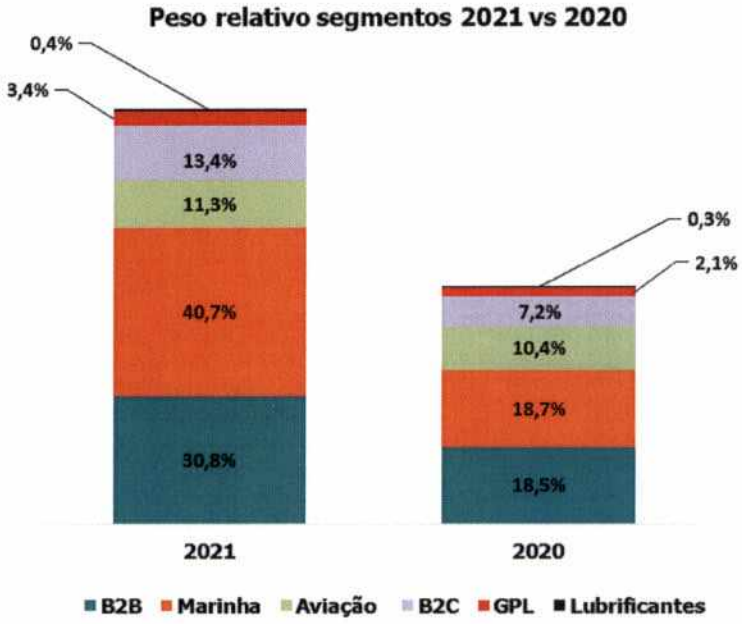
VENDAS POR SEGMENTO (tm)

Segmento	2021			2020			Variação				
							Enacol		Mercado		Qta
	Enacol	Mercado	Qta	Enacol	Mercado	Qta	Abs.	%	Abs.	%	(pp)
B2B	53.339	92.232	57,8%	50.432	92.546	54,5%	2.908	5,8%	-314	-0,3%	3,3
Marinha	70.636	119.708	59,0%	50.860	86.058	59,1%	19.776	38,9%	33.650	39,1%	-0,1
Aviação	19.648	48.452	40,6%	28.339	52.059	54,4%	-8.691	-30,7%	-3.606	-6,9%	-13,9
B2C	23.228	58.515	39,7%	19.733	50.023	39,4%	3.496	17,7%	8.492	17,0%	0,2
GPL	5.850	13.143	44,5%	5.602	12.877	43,5%	248	4,4%	267	2,1%	1,0
Lubrificantes	689	1.725	39,9%	705	1.621	43,5%	-16	-2,3%	105	6,5%	-3,6
TOTAL	**173.390**	**333.777**	**51,9%**	**155.671**	**295.183**	**52,7%**	**17.719**	**11,4%**	**38.593**	**13,1%**	**-0,8**

Fonte: ARME (Agência Reguladora Multissectorial da Economia) – Informação do Mercado.

O peso relativo dos segmentos na ENACOL está ilustrado no gráfico a baixo, mostrando o efeito da pandemia nas nossas vendas, principalmente no mercado externo, nomeadamente na aviação.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.



O gráfico ilustra o ranking dos segmentos por peso de vendas, com a Marinha a continuar a ser o segmento com maior peso no total das vendas da ENACOL, alcançando 40,7% do volume transacionado, seguido pelo B2B com 30,8%. A aviação, que antes da pandemia atingira o segundo lugar, cai para o quarto, com 11,3% de peso nas vendas, posicionando-se logo a seguir ao Retalho que ficou em terceiro lugar com 13,4% das vendas da ENACOL.

ii. Vendas por Tipo de Mercado

O ano de 2021 fica marcado pela menor incidência do mercado externo no total das vendas da ENACOL em particular e do mercado no geral. Analisando as vendas constata-se que o peso do mercado externo ficou abaixo dos 50%, algo que já não acontecia há vários anos.

Com efeito, comparando os dois mercados, nota-se que o externo alcançou os 48,0% do total das vendas das duas empresas que operam em Cabo Verde, muito alavancado pelo negócio das bancas, uma vez que a aviação sofreu uma queda considerável e ainda não conseguiu recuperar, pese embora já tenha dado sinais de recuperação a partir do último trimestre.

O mercado da exportação em 2021 representou 160.850 tm, mais 29.732 tm que em 2020.

A ENACOL, com uma quota de 53,3%, alcançou as 85.700 tm, no mercado externo, fruto de alguma recuperação na aviação, mas principalmente do incremento do mercado das bancas.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

No mercado interno, a nível da quota, a ENACOL alcançou os 50,7%, registando um crescimento de quota de 1,7pp. Com efeito, neste mercado que cresceu 5,4% a ENACOL alcançou 87.690 tm o que representa um crescimento de 9,1%, acima do mercado.

VENDAS POR TIPO DE MERCADO (tm)											
Mercado	2021			2020			Variação				
							Enacol		Mercado		Qta
	Enacol	Mercado	Qta	Enacol	Mercado	Qta	Abs.	%	Abs.	%	(pp)
Interno	87.690	172.927	50,7%	80.397	164.066	49,0%	7.293	9,1%	8.861	5,4%	1,7
Externo	85.700	160.850	53,3%	75.274	131.118	57,4%	10.427	13,9%	29.732	22,7%	-4,1
TOTAL	**173.390**	**333.777**	**51,9%**	**155.671**	**295.183**	**52,7%**	**17.719**	**11,4%**	**38.593**	**13,1%**	**-0,8**

Fonte: ARME (Agência Reguladora Multissectorial da Economia) – Informação do Mercado.

iii. Vendas por Produto

O quadro seguinte ilustra o desempenho da ENACOL e do Mercado, por produto, comparativamente ao ano anterior.

VENDAS POR PRODUTO (tm)											
Produto	2021			2020			Variação				
							Enacol		Mercado		Qta
	Enacol	Mercado	Qta	Enacol	Mercado	Qta	Abs.	%	Abs.	%	(pp)
Gasóleo	63.945	124.912	51,2%	57.727	107.926	53,5%	6.219	10,8%	16.986	15,7%	-2,3
Fuelóleo/Ifo	77.098	131.525	58,6%	58.057	109.214	53,2%	19.041	32,8%	22.310	20,4%	5,5
Jet	19.648	48.452	40,6%	28.339	52.059	54,4%	-8.691	-30,7%	-3.606	-6,9%	-13,9
Gasolina	5.080	12.695	40,0%	4.175	10.165	41,1%	904	21,7%	2.530	24,9%	-1,1
Petróleo	21	264	7,8%	25	282	8,8%	-4	-16,3%	-18	-6,3%	-0,9
Butano	5.850	13.143	44,5%	5.602	12.877	43,5%	248	4,4%	267	2,1%	1,0
Lubrificantes	689	1.725	39,9%	705	1.621	43,5%	-16	-2,3%	105	6,5%	-3,6
Betumes	1.056	1.056	100,0%	1.036	1.036	100,0%	20	1,9%	20	1,9%	0,0
Outros	4	4	100,0%	5	5	100,0%	0	-5,9%	0	-5,9%	0,0
TOTAL	**173.390**	**333.777**	**51,9%**	**155.671**	**295.183**	**52,7%**	**17.719**	**11,4%**	**38.593**	**13,1%**	**-0,8**

Fonte: ARME (Agência Reguladora Multissectorial da Economia) – Informação do Mercado.

O Fuel Óleo, no primeiro lugar do *ranking* de venda por produtos, volta ao lugar que tem ocupado nos últimos anos, fruto do desempenho do sector da marinha internacional e da produção de eletricidade e água. Na verdade, o volume vendido que ascendeu a 77.098 tm, representa de 44,5% das vendas da empresa. O gasóleo é o segundo produto com maior contribuição para o volume transacionado, representando 36,9% das vendas da ENACOL. O Jet A1, embora com uma queda de 18,2% para 11,3% no peso das vendas da ENACOL, continua em terceiro lugar.

O Butano e a Gasolina continuam com mesma tendência para o aumento. Ambos acompanharam a tendência do mercado, com destaque para o Butano em que a ENACOL

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

cresceu cerca de 4,4% enquanto o mercado evoluiu 2,1%. Na gasolina, apesar de ter registado um aumento de 21,7%, ficou abaixo do crescimento do mercado de 24,9%.

iv. Vendas por Ilha

No quadro seguinte encontram-se as vendas totais por ilha, onde a retoma já mencionada é também identificada ao nível das ilhas, exceto nos casos da Ilha do Sal e da Boavista que, como já foi referido, foram especialmente impactadas pela pandemia **COVID-19** e respetiva queda do turismo.

VENDAS POR ILHA (tm)						
Ilha	2021		2020		Variação	
	Qte	Peso%	Qte	Peso%	Abs.	%
Sto. Antão	5.963	3,4%	5.719	3,7%	244	4,3%
S. Vicente	85.135	49,1%	65.139	41,8%	19.995	30,7%
S. Nicolau	1.754	1,0%	1.646	1,1%	108	6,6%
Sal	19.937	11,5%	28.579	18,4%	-8.643	-30,2%
Boa Vista	5.944	3,4%	8.328	5,4%	-2.384	-28,6%
Maio	970	0,6%	356	0,2%	613	172,0%
Santiago	51.138	29,5%	43.808	28,1%	7.330	16,7%
Fogo	2.294	1,3%	1.900	1,2%	395	20,8%
Brava	256	0,1%	195	0,1%	61	31,5%
TOTAL	**173.390**	**100,0%**	**155.671**	**100,0%**	**17.719**	**11,4%**

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

5. COMPROMISSO COM A COMUNIDADE

a. Governação Empresarial

i. Estrutura Acionista

Em 31/12/2021, de acordo com a Bolsa de Valores de Cabo Verde, os acionistas da ENACOL eram em número de 963, mais 3 que o ano anterior (960).

Em dezembro de 2021, a estrutura acionista da ENACOL configurava-se da seguinte forma:

Grupo Galp Energia, um operador integrado de energia, com atividades que se estendem desde a exploração e produção de petróleo e gás natural, à refinação e distribuição de produtos petrolíferos, à distribuição e venda de gás natural e à geração de energia elétrica, com sede física em Portugal e atividade em 11 países, nos 4 continentes, detentora de 48,29% do capital social;

Sonangol Cabo Verde, pertencente ao grupo Sonangol, empresa estatal angolana cuja atividade abrange prospeção, pesquisa, desenvolvimento, comercialização, produção, armazenagem, transporte e refinação de hidrocarbonetos, com sede em Angola e presença em vários países do mundo, detentora de 38,99% do capital social;

Demais acionistas – 12,72% do Capital Social

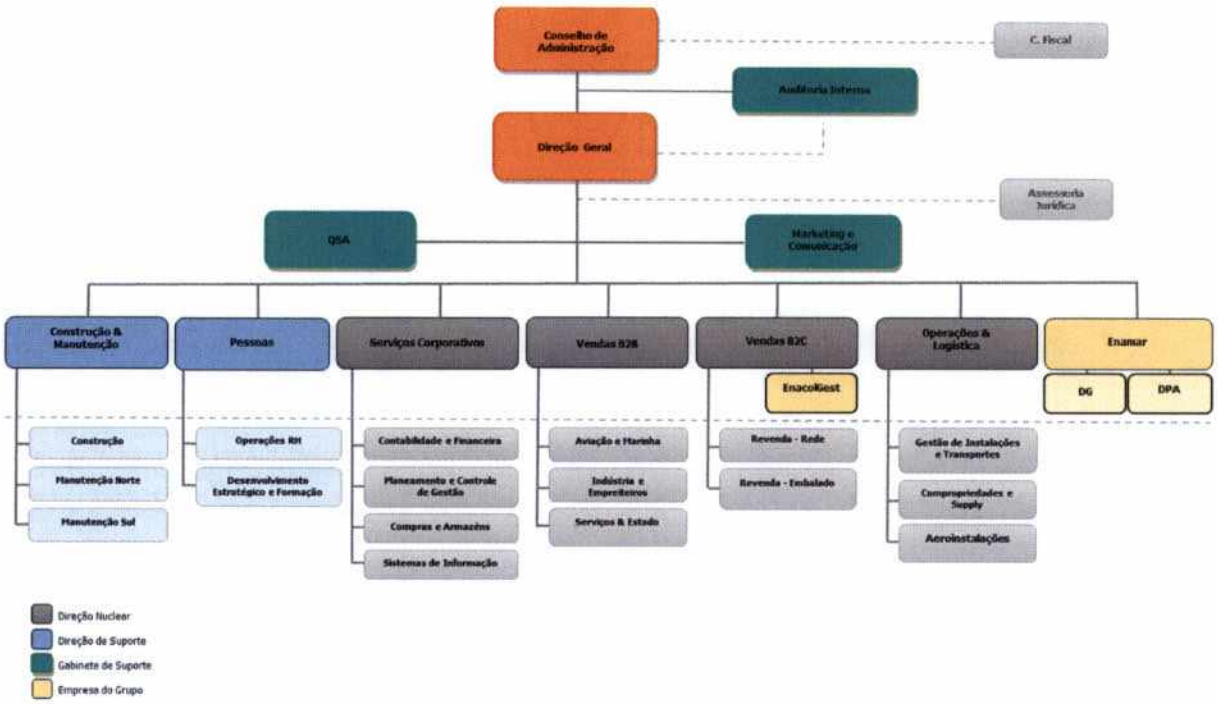
As ações da ENACOL que livremente se transacionam no mercado – *free float* – correspondem a 35% do capital, equivalente a 350.000 ações. Fora do âmbito das transações bolsistas encontram-se 32,5% da Galp Marketing International, SA, e 32,5% da Sonangol Cabo Verde.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

1. Modelo de Governance

Transparência e eficiência de gestão são dois grandes pilares da *governance* corporativa da ENACOL.

Em consonância com as estratégias de desenvolvimento do negócio, a ENACOL atualizou em junho a Macro Estrutura de Gestão. Assim, a estrutura orgânica e funcional configurou-se da seguinte forma:



Assembleia Geral

A Assembleia Geral, órgão social constituído pelos acionistas com direito de voto, ao qual cabe deliberar sobre as grandes decisões da Sociedade, reuniu-se em conformidade com os estatutos, de forma ordinária, no dia 12 de março de 2021.

A composição Assembleia Geral à data de assinatura do presente relatório é a seguinte:

COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL EM 31/12/2021		
Nome	**Cargo**	**Nomeação**
Vanda Maria Lima Évora	Presidente	Demais acionistas
Margarida Maria Varela de Carvalho	Secretário	Sonangol Cabo Verde

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

Conselho de Administração

Ao Conselho de Administração compete, de entre outras funções, definir a estratégia da Empresa, a sua estrutura organizativa e a sua carteira de negócios, assim como aprovar o plano de investimentos e acompanhar a sua execução. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas, de um modo geral, por maioria simples.

O Conselho de Administração é composto por cinco administradores, todos não executivos e que, à data de assinatura do presente relatório, são os seguintes:

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 31/12/2021		
Nome	**Cargo**	**Nomeação**
Jorge José Borges Carvalho	Presidente	Grupo Galp Energia
António Luís dos Santos Neves	Administrador	Sonangol Cabo Verde
João Bento da Silva Neto	Administrador	Sonangol Cabo Verde
Ana Teresa Coelho Pina	Administrador	Grupo Galp Energia
Ricardo Jorge Vilhena de Almeida	Administradora	Grupo Galp Energia

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos, todos independentes e eleitos pela Assembleia Geral de acionistas, sendo um dos membros Auditor de Contas. Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a elaboração e a divulgação da informação financeira da ENACOL e fiscalizar a revisão dos documentos de prestação de contas a propor à Assembleia Geral.

Durante o exercício de 2021, o Conselho Fiscal exerceu normalmente as suas funções, em conformidade com os estatutos (tendo este órgão mantido a sua composição em relação ao ano transato):

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL EM 31/12/2021		
Nome	**Cargo**	**Nomeação**
Itaulina Gomes Pio	Presidente	Demais acionistas
Carlos Eduardo Malho Meirinho	Vogal	Grupo Galp Energia
Adelino Vital Fonseca	Vogal	Auditor

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

Direção Geral

A Direção Geral responde pela gestão executiva da Empresa, em conformidade com a estratégia definida pelo Conselho de Administração. Nomeado pelo Conselho de Administração, o Diretor-Geral, coadjuvado por uma equipa diretiva, gere as unidades de negócio, afeta recursos, promove sinergias e acompanha a execução das políticas definidas para as diversas áreas.

Em 2021, este órgão passou a ser liderado pelo Eng.º Luis Flores, em funções desde janeiro 2021.

2. Informação ao Acionista

A ENACOL definiu uma estratégia clara de comunicação com os investidores, baseada em informações de mercado, estabelecendo contactos regulares com a Bolsa de Valores e disponibilizando informações relevantes através do seu *website*, *press releases* e contactos diretos com a Direção de Marketing e Comunicação. O objetivo é criar junto dos investidores e potenciais investidores uma imagem realista do desempenho da Empresa e das suas perspetivas de evolução.

Assembleia Geral

No dia 12 de março de 2021, a ENACOL realizou a sua 25ª Assembleia Geral Ordinária para apreciar e deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, Balanço e Contas de 2020, deliberar sobre a Aplicação dos Resultados do exercício de 2020, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, nos termos do art.º 407.º número 1, alínea c) do Código de Empresas Comerciais e apresentação do novo Diretor-Geral.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

Capital Social

O capital social da ENACOL é de 1 milhão de contos, representado por 1.000.000 (um milhão) de ações, com um valor nominal de 1.000$00 (mil escudos) cada. De referir que, à data de 31/12/2021, a Empresa não dispunha de ações próprias.

Distribuição de dividendos

Na 25ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em março de 2021, foi decidido não haver distribuição de dividendos devido aos resultados líquidos negativos afetados pela pandemia da Covid-19.

Desempenho das ações

A 31 de dezembro de 2021, de acordo com a última transação realizada na Bolsa de Valores de Cabo Verde, ao preço de 4.500 escudos por ação, o valor do Mercado da ENACOL estabelecia-se em 4.500 mil contos.

Ao longo do ano tiveram lugar, no mercado secundário da Bolsa de Valores, 4 operações de compra e venda de ações da ENACOL, menos 8 que no ano anterior. Nessas operações foram transacionadas um total de 82 ações no valor de 369.000 escudos, num valor médio de 4.500 escudos cabo-verdianos.

De referir que a ENACOL iniciou o ano de 2021 com as ações cotadas em 4.500 escudos e terminou o ano com este mesmo valor.

As ações transacionadas ao longo do ano corresponderam a 0,0082% do capital social da ENACOL e 0,0234% do seu *free float*.

Free float – 350.000 ações
Capital Social – 1.000.000.000$00 (1.000.000 ações)

Códigos da Ação ENACOL:

Código e classificação: ISIN CVENAOAM0007 CFI
Mercado: BVC Local *Securities*
Tipo de Ações: Ação Ordinária Contínua

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

b. Responsabilidade Social

A ENACOL, consciente do seu papel na sociedade onde está inserida, tem procurado contribuir para o desenvolvimento e enriquecimento em diversas áreas da vida em comunidade, assente nos principais pilares da nossa Sociedade: a Cultura, a Saúde e Segurança, o Desporto, Educação, Cidadania e Inclusão Social.

No âmbito da sua política de Patrocínio e Mecenato, a empresa levou a cabo várias ações junto da Comunidade, destacando-se as seguintes:

- **Saúde e Segurança**: patrocínios concedidos às seguintes entidades:
  - Câmara Municipal de São Vicente – Apoio na realização de campanhas de limpeza na cidade do Mindelo.

- **Cultura**: patrocínios concedidos à realização de vários eventos como:
  - Cabo Verde *Music Awards*: apoiar e promover a cultura musical do país.

- **Desporto**: patrocínios concedidos à realização de iniciativas desportivas como:
  - Travessia à ilha de Santiago: Promoção do desporto e estilo de vida saudável.

- **Cidadania/Inclusão Social**: patrocínios concedidos às iniciativas que promovem a Inclusão social:
  - Espaço Aberto Safende - Protocolo - 100 litros Gasóleo + 2 garrafas Gás 12,5 Kg (mensais);
  - Jardim Lili – Apoiar as crianças carenciadas de São Vicente, através da oferta de equipamentos e entrega de garrafas de gás.

- **Educação:**
  - Mindelo *Coding Challenge* – Apoiar escola secundária na realização de um concurso de programação informática.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

6. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

A nível de Gestão Estratégica das Pessoas no Grupo ENACOL, 2021 revelou ser um ano de muitas movimentações com o objetivo de se adaptar e recuperar do impacto pandémico que se instaurou na nossa realidade. A Enacol manteve como prioridade garantir a segurança e saúde dos seus colaboradores sempre na ótica de reduzir o risco de contágio à medida que se reorganizam os procedimentos de trabalho e se traçavam novos objetivos para retomar as atividades. Deste modo a ENACOL reinventou a forma de se relacionar com as suas pessoas e os seus clientes, sempre com o foco de garantir o bem-estar e a satisfação das suas equipas de trabalho.

Em 2021, os principais desafios passaram por definir um alinhamento estratégico entre a gestão de topo e as equipas operacionais para a entrega dos resultados pretendidos, utilizando de forma intensiva a tecnologia como aliada nos processos diários de trabalho e a implementação de uma cultura de ambidestria apostando fortemente na versatilidade das equipas, alinhado a um notável envolvimento e desenvolvimento das lideranças de forma mais humanizada e próxima das suas pessoas.

a. Principais Ações

Das práticas implementadas em 2021 ao nível da Empresa, destacam-se como mais relevantes as seguintes:

i. Implementação parcial do formato Híbrido de Trabalho

A crise provocada pela Covid 19 forçou a ENACOL a redesenhar as nossas operações e reinventar a forma de trabalhar das nossas equipas. Através da sensibilização da ética e responsabilização profissional os nossos colaboradores abraçaram o compromisso e a disponibilidade como uma forma de estar, respondendo a todas as demandas e apresentando os resultados tanto no escritório como no regime de *home office*. Com esta nova cultura, fez-se com que os processos ganhassem força e as mudanças tornaram-se bem mais ágeis.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

ii. Capacitação

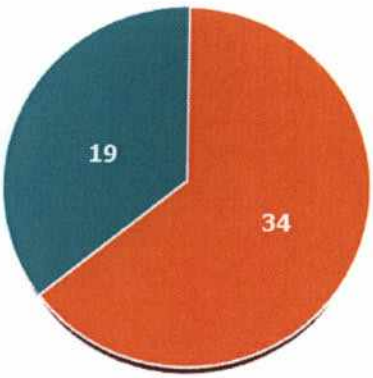
No seguimento da Avaliação de Desempenho e Potencial realizada na ENACOL, resultou um levantamento de necessidades formativas que permitiram elaborar planos de desenvolvimento personalizados no capital humano ativo da empresa. Assim, em 2021 foram listadas determinadas competências a promover e conhecimentos a transmitir com o objetivo de permitir às equipas alavancarem o seu potencial de crescimento profissional e por consequência o crescimento da empresa ao nível de resultados.

O Plano de Formação e Capacitação de 2021 resultou do levantamento dos *inputs* das Chefias para capacitar as equipas de trabalho a atingirem uma execução de tarefas com maior complexidade, exigência e independência incluindo ações consideradas fundamentais, que procuram dar soluções adequadas, inovadoras e de qualidade.

As ações identificadas foram agrupadas em comportamentais, técnicas e de segurança, com abrangência a todas as Unidades Orgânicas da ENACOL, com os seguintes pressupostos:

- Reforçar o Compromisso SSA, promovendo a prática do "comportamento seguro" como forma de prevenir a ocorrência de acidentes e doenças profissionais, garantindo um ambiente de trabalho seguro e saudável;
- Aprofundar competências/conhecimentos técnicos nas principais ferramentas de utilização quotidiana de forma transversal às equipas;
- Promover capacitação técnica específica das áreas Operacionais, de acordo com a implementação do plano de ações corretivas em curso no seguimento das auditorias previamente realizadas aos processos;
- Garantir uma gestão motivacional das equipas e a sensibilização para a nova dinâmica de trabalho por meritocracia e resultado de desempenho;
- Garantir um compromisso de atitudes seguras e saudáveis no ambiente laboral no âmbito da Pandemia Covid 19;
- Fomentar a melhoria na comunicação e relacionamento entre os colegas de equipa e entre os diferentes sectores.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.



Apesar das 101 ações planeadas, foram realizadas apenas 53, que foram replicadas num total de 206 sessões formativas, em formato presencial e *e-learning*, contabilizando uma taxa de participação de 92% dos convocados e 314 horas de capacitação.
O plano foi estruturado por categoria de ação (Técnica, Comportamental e de Segurança), tanto internas como externas, com maior prevalência de realização em ações de segurança (151 ações).

iii. Avaliação de Desempenho ENACOL

Com o objetivo de reconhecer e diferenciar os que mais e melhor contribuíram para que os resultados da empresa em 2021 fossem atingidos, levou-se a cabo a realização da avaliação do desempenho das pessoas de forma transversal na ENACOL, reforçando a cultura de meritocracia e culminando em situações excecionais na atribuição de um prémio de desempenho.

iv. Lançamento da 4ª Edição do Programa Trainee

Com o notável sucesso e forte adesão dos jovens recém-licenciados perante as edições anteriores do Programa Trainees ENACOL, em 2021 disponibilizamos vagas referentes às áreas de Operações, Engenharia & Manutenção, Serviços Corporativos, Marketing e Comercial nas ilhas de São Vicente, Sal e Santiago.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

Das 342 candidaturas recebidas, 6 finalistas foram selecionados para o programa de capacitação com duração de 12 meses, cujo objetivo principal da Empresa passa por rejuvenescer e dinamizar as equipas já existentes.

v. Medicina do Trabalho

No âmbito da promoção e prevenção da saúde no trabalho com vista à avaliação da aptidão física e psíquica das nossas pessoas para o exercício das suas atividades, bem como a repercussão desta e das condições em que é prestada na saúde dos mesmos, levou-se a cabo o cumprimento da monitorização e acompanhamento dos cuidados prestados a todos os abrangidos pela Medicina no Trabalho da ENACOL, nomeadamente através das seguintes ações:

- Inspeção médica de 260 colaboradores a nível nacional;
- Despistagens periódicas de Covid 19 a nível nacional;
- Diversas Ações de Sensibilização de Boas práticas para promoção de uma vida Saudável (Consumo do Álcool e Outras Drogas, Diabetes e Hipertensão, Cancro, Nutrição, AVC, Tabaco e Cardiologia);

Foram também apoiadas as causas subjacentes às Campanhas Outubro Rosa e novembro Azul disponibilizando aos Colaboradores Enacol a nível nacional, Laços Rosa e Azul adquiridos na liga Contra o Cancro (LCC), acompanhadas por palestras de sensibilização ministradas por Médicos Especialistas alertando à importância da prevenção do Cancro de Mama e Próstata e finalizando com a realização de uma caminhada rosa realizada pela equipa da Sede em São Vicente com destino ao Monte Verde.

vi. Inquérito Clima Laboral

No âmbito da promoção de um ambiente de trabalho agradável e saudável, foi levado a cabo o estudo de clima organizacional, de forma transversal aos colaboradores da ENACOL cujo principal objetivo passa por compreender as reais necessidades, preocupações e perceções dos colaboradores.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

Sob o mote *"Tua Voz, Teu Futuro"*, realizou-se mais um inquérito de Satisfação na ENACOL onde os colaboradores partilharam a sua voz quanto a questões concretas como Liderança, Gestão, Remuneração, Relacionamento entre equipas e Chefias.

vii. Assinatura de Protocolo de Cooperação com instituições de vários setores de atividade

Alinhado à cultura de valorização do Capital Humano e subjacente ao princípio de que o sucesso da ENACOL depende das suas pessoas, pretendemos posicionar-nos como uma Empresa que oferece as condições ideais por forma a atrair, reter e desenvolver os melhores talentos.

Neste sentido foram conquistadas a nível local e nacional algumas parcerias institucionais para complementar o pacote de benefícios corporativos existentes, em várias vertentes:

1. Bancas Comerciais
2. Saúde Física/Desportiva/Oral
3. Formação e Qualificação profissional (Uni Mindelo, MACV, FormInvest, Sal Academy, etc)
4. Consumo Comercial (Samsung e ORCA)

viii. Participação no 2º Fórum RH Cabo Verde

O dia 29 de outubro marcou a segunda edição do Fórum RH Cabo Verde sob o lema "A Nova Era da Gestão de RH" e contou com a presença de diversos profissionais de RH de Cabo Verde, que se reuniram para debater este e outros temas, partindo do princípio de que através da partilha, podemos fazer mais e melhor.

Neste sentido a ENACOL para além de marcar a presença como Patrocinador Silver, ainda participou como oradora no painel "O Futuro da Gestão em Cabo Verde", representada através da Direção de Pessoas. No final do evento, a ENACOL foi reconhecida e premiada entre os oradores pela Excelência na Gestão das suas Pessoas.

Aproveitámos a oportunidade e o convite para marcar presença num evento que agregou valor à cultura organizacional de Cabo Verde! Posicionámo-nos de uma forma que estamos certos de que podemos chegar a bom Porto se conseguirmos desenvolver bases para um mercado

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

de trabalho mais rentável e mais resiliente que desenvolve as competências certas que respondem às necessidades reais que o nosso mercado carece.

b. Benefícios Sociais

No âmbito da política de benefícios sociais, a Empresa, e à semelhança dos anos anteriores, promoveu ações, apoiando os seus colaboradores em diferentes aspetos:

Un: contos

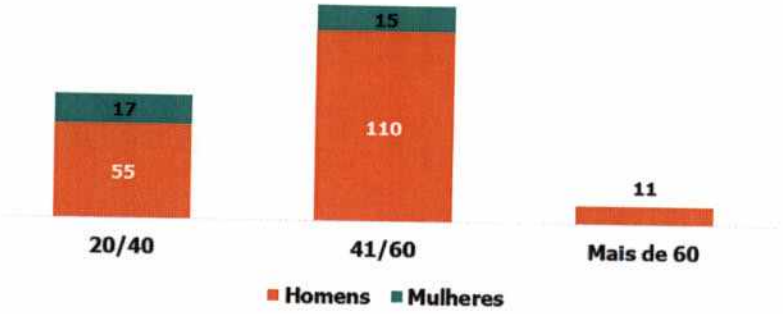
BENEFÍCIOS SOCIAIS			
Designação	**2021**	**2020**	**%**
Inspeção Médica	1.611	1.327	21,5%
Assistência Médica	2.160	2.160	0,0%
Seguro Facultativo	582	601	-3,3%
Concessão Empréstimos	3.324	2.658	25,1%
TOTAL	**7.677**	**6.746**	**13,8%**

c. Caracterização do Quadro de Pessoal

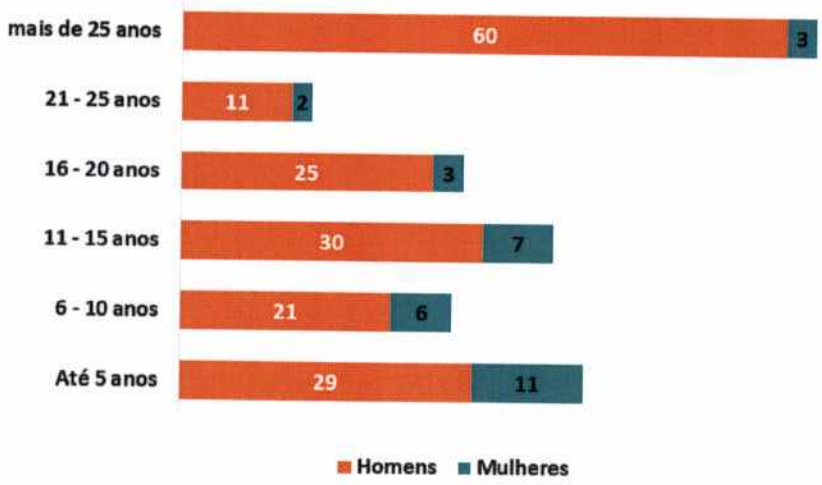
A 31 de dezembro 2021, o quadro de pessoal ativo da ENACOL comportava um total de **208 colaboradores** (188 efetivos e 20 contratados a prazo) após o *turnover* de 4 entradas e 7 saídas.

Em matéria de género, o quadro de pessoal integrava, a 31 de dezembro de 2021, um total de 176 homens e 32 mulheres. Os colaboradores do sexo masculino continuam a representar, assim, a maioria dos recursos, fruto da natureza de trabalho maioritariamente operacional da empresa.

Faixa Etária dos Colaboradores
- ENACOL -



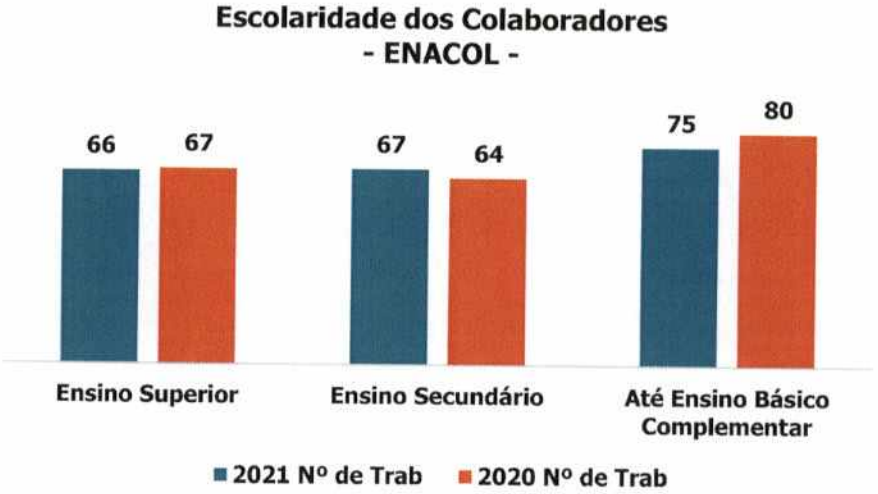
No que toca à faixa etária, a ENACOL conta com um quadro de profissionais ainda com acentuada maturidade, observando maior representatividade na faixa etária dos 41 aos 60 anos (60%) estando diretamente relacionado com a antiguidade da empresa e a estabilidade dos quadros. Segue-se a faixa etária mais jovem, com uma representatividade de 35% dos 20 aos 40 anos de idade, que vai ao encontro da nova política de rejuvenescimento de equipa que tem passado muito pelo recrutamento externo de novos quadros.



Relativamente à natureza do vínculo contratual, na ENACOL podemos observar uma organização com um quadro de profissionais bastante estável. Agruparam-se os colaboradores por tempo de serviço e verifica-se que, no final de 2021, o grupo com maior predominância é o dos colaboradores cujo vínculo contratual é de mais de 25 anos de serviço (63) seguido pelo grupo com antiguidade entre 11 a 15 anos de serviço (37).

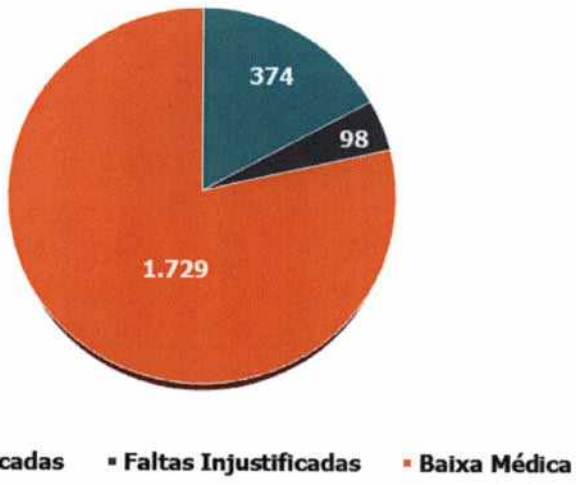
ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

A nível académico o cenário tem vindo a mudar gradualmente face aos últimos anos, em linha com os objetivos de atração de talentos com Ensino Superior. No entanto, a predominância prevalece ainda sob os colaboradores com ensino básico (75) devido à maior representatividade no quadro ativo da empresa, seguido dos com ensino secundário (67).



d. Absentismo

Registou-se um total de 2.178 dias de ausências acumuladas nos colaboradores, distribuídos da seguinte forma:



ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

O ano de 2021 fechou com um colaborador em licença sem retribuição por motivo de saúde. À semelhança do ano 2020, observou-se uma maior predominância das baixas médicas com uma representatividade de 70% do motivo das ausências, devido aos isolamentos profiláticos decorrentes de colaboradores que foram infetados pela COVID-19 ou por serem suspeitos de contágio.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

7. SEGURANÇA, SAÚDE E AMBIENTE

A ENACOL entende que a proteção das pessoas, do ambiente e dos ativos é condição essencial à geração de valor sustentável, assumindo a sua responsabilidade na gestão dos riscos e impactos das suas atividades.

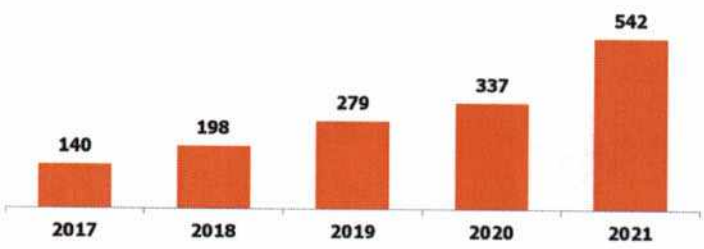
O ano de 2021 foi um ano mais uma vez marcado pelas contingências associadas à pandemia COVID-19 e que condicionou toda a atividade da empresa. Não obstante o contexto difícil e de incerteza, os objetivos ao nível da Segurança, Saúde e Ambiente foram totalmente atingidos, facto que contribui indiscutivelmente para a consolidação da nossa Cultura de SSA.

Neste desempenho destacamos a excelente performance ao nível da resposta a emergências, onde foram realizados nas instalações e postos de venda de todas as ilhas, um total de 19 treinos, 13 simulacros nas Instalações e 14 Simulacros nos Postos de Venda. Neste âmbito, destacamos ainda o importante esforço que tem vindo a ser feito pela ENACOL na capacitação, mobilização e envolvimento das entidades parceiras com responsabilidade na proteção e socorro das populações com várias iniciativas quer de formação quer de exercícios práticos, tendo sido realizado, pela primeira vez, um simulacro na comunidade, fora das instalações.

Ainda na estratégia de consolidação da Cultura de SSA da Empresa, deu-se continuidade à participação e envolvimento dos colaboradores em matéria de SSA através não só da dinamização das Comissões e Subcomissões de SSA distribuídas localmente pelas ilhas mas também através de iniciativas específicas das quais se destaca a implementação de estudos e diagnósticos importantes às condições de segurança das instalações assentes nos mais exigentes referenciais de segurança de processo.

Foi também em 2021 que a ENACOL atingiu o mais alto nível de participação e compromisso da gestão com a realização de 542 OPAS (Observações Preventivas de Segurança e Ambiente) nos locais de trabalho.

OPAS Realizadas



Por último e não menos importante, foi dado seguimento ao compromisso assumido na melhoria e adequação das instalações bem como na garantia da integridade mecânica dos ativos da ENACOL através da concretização de uma série de investimentos em projetos estruturantes do ponto de vista da segurança.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

8. DESEMPENHO EMPRESARIAL

a. Análise dos Resultados

O quadro seguinte apresenta a demonstração dos resultados do exercício de 2021, comparativamente ao exercício anterior.

Unid.: Contos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					
Rubrica		**2021**	**2020**	**Variação**	
				Abs.	**%**
1. Vendas		12.502.288	9.136.219	3.366.070	37%
2. Prestação serviços		62.297	62.000	296	0%
3. Outros rendimentos operacionais		317.502	370.205	(52.703)	-14%
Total Rendimentos Operacionais (1 + 2 + 3)		**12.882.087**	**9.568.424**	**3.313.663**	**35%**
1. Gastos Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas		10.100.461	7.749.702	2.350.759	30%
Margem Bruta de Comercialização					
	Valor	**2.401.827**	**1.386.517**	**1.015.310**	**73%**
	%	**19,21%**	**15,18%**	**-0,48 pp**	
2. Gastos Funcionamento Desembolsáveis					
Fornecimentos e Serviços Externos		1.179.702	991.718	187.984	19%
Gastos com o pessoal		426.615	388.206	38.408	10%
Outros gastos e perdas		355.662	401.877	(46.215)	-11%
		1.961.978	**1.781.801**	**180.178**	**10%**
EBITDA		**819.648**	**36.921**	**782.727**	**2120%**
3. Gastos não Desembolsáveis					
Amortizações do exercício		282.914	278.678	4.236	2%
		282.914	**278.678**	**4.236**	**2%**
Total de Gastos Operacionais (1 + 2 + 3)		**12.345.354**	**9.810.181**	**2.535.173**	**26%**
III. Resultado Operacional (I - II)		**536.734**	**-241.757**	**778.491**	**322%**
Rentabilidade Operacional		4,17%	-2,53%	6,70 pp	
IV. Resultados financeiros					
1. Juros e Ganhos Similares Obtidos		2.732	4.379	(1.648)	-38%
2. Juros e Perdas similares Suportados		150	3	147	5061%
Total (1 + 2)		**2.582**	**4.376**	**-1.795**	**-41%**
V. Result. antes de impostos (III + IV)		**539.315**	**-237.381**	**776.696**	**327%**
VI. Imposto sobre o Rendimento do período		**67.011**	**5.295**	**61.716**	**1166%**
VII. Resultado líquido (V - VI)		**472.305**	**-242.675**	**714.980**	**295%**
Rentabilidade das Vendas (VII : I.1.)		**3,78%**	**-2,66%**	**6,38 pp**	

i. Rendimentos Operacionais

Os rendimentos operacionais (12.882.087 contos) apresentaram um aumento de 35% face ao ano anterior (9.568.424 contos), justificado pelo aumento das receitas de venda, principalmente nas bancas marítimas, em virtude da retoma gradual da atividade económica. Não obstante esta melhoria, ainda são evidentes as consequências da COVID-19,

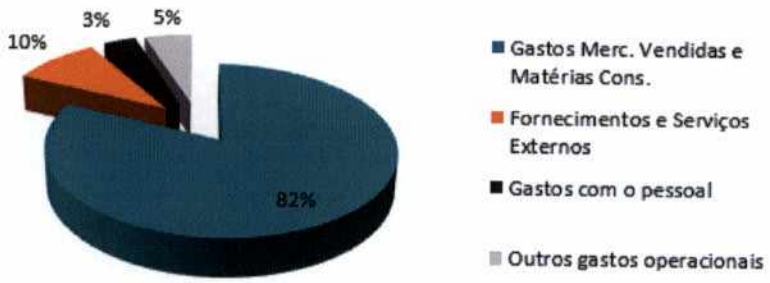
principalmente no segmento da aviação, o qual ainda não atingiu os níveis de vendas de 2018 e 2019.

ii. Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais apresentam um aumento de 26% face ao período homólogo (2.535.173 contos a mais), evidenciando assim uma variação negativa em linha com a evolução dos rendimentos. Este aumento reflete essencialmente ao aumento da rubrica "Gastos com Mercadorias Vendidas e Consumidas", justificada pelo aumento dos volumes vendidos em consequência da retoma gradual do mercado.

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) aumentaram 19%, justificado essencialmente pelo aumento das rubricas conservação e reparação e transporte marítimo de produtos.

Estrutura dos Gastos Operacionais



iii. Margem Bruta

A margem bruta total apresenta um aumento considerável de 73% (1.015.310 contos) face ao período homólogo, explicada fundamentalmente pelo aumento dos volumes vendidos em 2021 e melhoria das margens unitárias.

iv. EBITDA e Resultado Operacional

Face à evolução acima apresentada dos Rendimentos Operacionais e Gastos Operacionais, o EBITDA (819.648 contos em 2021) e o Resultado Operacional (536.734 contos em 2021) tiveram um aumento expressivo de 2120% (782.727 contos) e 332% (778.491 contos), respetivamente.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

v. Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros (2.582 contos) reduziram-se face ao período homólogo (4.376 contos), registando uma variação negativa de 1.795 contos (cerca de 41%).

vi. Imposto sobre o Rendimento

Este imposto é apurado com base nos resultados da Empresa, correspondendo aos contribuintes do regime da contabilidade organizada a uma taxa efetiva de imposto de 22,44% (IRPC e Imposto de incêndio) sobre a matéria coletável. Para o apuramento da matéria coletável, são deduzidos aos resultados da Empresa os rendimentos relativos às provisões tributadas em anos anteriores e outros benefícios fiscais em vigor e acrescidos, essencialmente, dos gastos relacionados com provisões não aceites fiscalmente e gastos relativos a exercícios anteriores apurados e reconhecidos no exercício. Em virtude dos resultados negativos em 2020, no apuramento do imposto do exercício corrente, foram deduzidos prejuízos fiscais (77%) até o limite de 50% (251.601 contos) do lucro tributável e no exercício de 2022 serão deduzidos os restantes 23% (73.979 contos).

vii. Resultado Líquido

Face ao exposto acima nas diferentes rúbricas de gastos e rendimentos, o Resultado Líquido do exercício foi de 472.305 contos, com uma variação positiva face a 2020 de 295% (714.980 contos).

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

b. Análise do Balanço e Estrutura Patrimonial

BALANÇO E ESTRUTURA PATRIMONIAL					
Rubrica	Un	2021	2020	Variação	
				Abs.	%
Activo não corrente		**2.365.806**	**2.381.217**	**-15.411**	**-1%**
Activo corrente		**3.887.638**	**2.741.903**	**1.145.735**	**42%**
Inventários		1.350.319	579.484	**770.835**	**133%**
Caixa e depósitos bancários		324.668	487.670	-163.003	-33%
Clientes		1.557.662	1.059.569	498.093	47%
Outros activos correntes	Contos	654.990	615.180	39.809	6%
Total do activo		**6.253.443**	**5.123.120**	**1.130.323**	**22%**
Capital próprio		**4.061.155**	**3.588.849**	**472.306**	**13%**
Resultado líquido do período		472.305	-242.675	714.980	295%
Outros		3.588.850	3.831.525	-242.674	-6%
Passivo não corrente		**45.825**	**85.603**	**-39.779**	**-46%**
Passivo corrente		**2.146.464**	**1.448.667**	**697.796**	**48%**
Total do capital próprio e do passivo		**6.253.443**	**5.123.120**	**1.130.323**	**22%**

O **Ativo Não Corrente** teve uma diminuição de 1%, destacando-se os decréscimos nos equipamentos básicos, transportes e administrativos.

O **Ativo Corrente** em 2021 teve um aumento de 42% face a 2020 com destaque para o aumento das rúbricas Inventários e Clientes em 770.835 contos (+133%) e 498.093 contos (+47%) respetivamente.

O **Capital Próprio** situou-se nos 4.061.155 contos, registando um aumento de 13% face ao período homólogo (3.588.849 contos), resultante dos resultados líquidos positivos registados no período em análise.

A rúbrica **Passivo Não Corrente**, teve uma redução de 46% face a 2020, fruto da redução das Provisões em 18.956 contos (-76%) e das responsabilidades dos benefícios pós-emprego (pré-reformas) em cerca de 20.822 contos (-34%).

No **Passivo Corrente**, registamos um aumento de 48% face a 2020 com destaque para o aumento das rubricas de dívidas para com Fornecedores no valor de 823.884 contos (140%) e de Outras contas a pagar no montante de 134.257 contos (29%).

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

c. Investimentos

O investimento total realizado pela ENACOL em 2021 foi de 286.134 contos, registando um aumento de 157% face ao realizado no ano anterior (111.150 contos):

INVESTIMENTOS POR MOTIVOS					
Rubrica	Un	2021	2020	Variação	
				Abs.	%
Conformidade	Contos	95.689	27.307	68.382	250%
Substituição e manutenção		166.516	61.387	105.129	171%
Racionalização e reestruturação		4.179	3.607	572	16%
Expansão de atividade		17.965	16.567	1.398	8%
Inovação		1.786	2.282	-496	-22%
Total		**286.134**	**111.150**	**174.984**	**157%**

Dos projetos concluídos em 2021, destaca-se a conclusão da Adequação ao SPN PV Fonte Meio em São Vicente, Aquisição de Garrafas de 12.5 kg, a Manutenção do *Pipeline* Palmeira, *Revamping* instalação GPL - Lavandaria NetSal e Beneficiação com Sondas em Contentores GPL.

Dos projetos em curso salienta-se a Substituição do *Sealine* da Galé, Pontinha em S. Vicente, Impermeabilização da bacia dos Tanques nº 3, 4 e 5 de São Vicente, Meios de Combate à Poluição e derrames no mar e Requalificação e recertificação de contentores.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

9. GESTÃO DE RISCO

A ENACOL faz parte do Grupo Galp que, como operador energético integrado, presente em várias geografias, está exposto a fatores internos/externos que induzem incerteza ao seu desempenho e à realização dos objetivos estratégicos e podem ter um impacto materialmente adverso no seu desempenho operacional e financeiro, na sua reputação e no seu valor acionista.

A gestão desses riscos assenta num Modelo de Gestão de Risco, implementado através de um processo integrado, contínuo e dinâmico, de identificação & avaliação, monitorização, controlo & reporte, e supervisão, auditoria e revisão dos riscos que está sustentado nas políticas transversais do Grupo.

De entre esses riscos, apresentados no quadro abaixo, sobressai principalmente o risco financeiro de preço de *commodities*, mas também os riscos de crédito, risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de liquidez.

Para além dos riscos mencionados de natureza financeira, merece destaque também, pela sua probabilidade de ocorrência e/ou impacto sobre os processos, operações, execução da estratégia, capacidade financeira e mesmo reputação o risco de mercado e o risco de *cybersecurity*.

Classes de Risco	
Preço *commodities*	O risco do preço está associado à volatilidade do preço dos produtos petrolíferos, resultante de diversos fatores de mercado, nomeadamente alterações nos padrões de consumo, circunstâncias económicas ou operacionais.
Crédito	O risco de crédito decorre da possibilidade de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, sejam contrapartes financeiras, clientes, fornecedores, prestadores de serviço e outros terceiros.
Taxa de Câmbio	O risco de taxa de câmbio resulta das flutuações das taxas de câmbio das divisas em que a empresa desenvolve a sua atividade e em que prepara as suas demonstrações financeiras.
Taxa de Juro	O risco de taxa de juro decorre da volatilidade das taxas de juro aplicadas a empréstimos bancários ou outros instrumentos de dívida.
Liquidez	O risco de liquidez está associado à capacidade do Grupo obter os recursos financeiros necessários para satisfazer os seus compromissos operacionais e de investimento.
Mercado	Num ambiente altamente condicionado pelas dinâmicas da procura e oferta, a capacidade da Empresa se adaptar a novos paradigmas e reagir às forças competitivas é crucial para garantir um bom desempenho financeiro e alcançar os objetivos estratégicos.
Cybersecurity	Garantir a resiliência cibernética e digital do Grupo é essencial, dado que uma eventual violação da segurança digital ou falha da infraestrutura digital podem prejudicar a disponibilidade dos nossos serviços, aumentar os custos e afetar a nossa reputação.

Mitigações

Riscos Financeiros

Os riscos financeiros são geridos ao nível do Grupo, sendo que os riscos de volatilidade do preço do petróleo são geridos através de instrumentos disponíveis nos mercados Intercontinental Exchange (ICE) e *over-the-counter* (OTC). A gestão destes riscos é enquadrada numa política de risco específica, incluindo estratégias de *hedging* e limites de exposição.

O risco de crédito a clientes é mitigado através da diversificação do portefólio quer de contrapartes, quer de clientes; da cuidadosa elaboração contratual, com a inclusão de condições comerciais adequadas e estabelecimento de colaterais sempre que relevante. Adicionalmente, o Grupo transfere parte significativa do valor para companhias de seguro de crédito.

Os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e outros riscos financeiros são geridos de forma centralizada, através de instrumentos financeiros de taxa variável e fixa e de cobertura de posição, utilizando derivados simples.

O grupo gere o risco de liquidez através quer de fluxos de caixa gerados pelas suas operações, quer de um portefólio de empréstimos bancários e de obrigações emitidas.

Risco Mercado

O Grupo Galp tem uma sólida estrutura de capital, além de vantagens competitivas, incluindo uma presença de longa data e uma forte experiência operacional na indústria e mercados onde opera, sendo igualmente um operador de referência na Península Ibérica, fatores que lhe conferem resiliência face a flutuações negativas do mercado.

Adicionalmente, a Galp definiu uma agenda de inovação, comprometida com o desenvolvimento de competências, possibilitando o estudo, a criação e implementação de novas e melhores soluções tecnológicas que lhe permitem responder aos novos desafios do mercado.

Risco *Cybersecurity*

A Galp mitiga este risco através do seu Sistema de Gestão da Ciber Segurança e Ciber Resiliência, que garante a Identificação, Proteção, Deteção e Resposta/Recuperação de

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

ciber ameaças e riscos na organização (nos seus sistemas, pessoas e processos), em todas as empresas do Grupo e todas as geografias onde opera.

Do ponto de vista de Identificação de ciber riscos, são implementadas um conjunto de medidas técnicas e processuais com vista à garantia de visibilidade sobre eventuais fragilidades nos seus sistemas digitais e prestadores de serviços, bem como o do seguimento dos mesmos até à mitigação.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício económico de 2021, a ENACOL gerou Resultados Líquidos de **472.304.563 CVE** (quatrocentos e setenta e dois milhões, trezentos e quatro mil, quinhentos e sessenta e três escudos).

Assim, tendo em conta a carteira de investimentos em curso, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral dos Acionistas a seguinte aplicação dos resultados:

- Para dividendos: **354.228.422 CVE**;
- Para resultados transitados: **118.076.141 CVE**.

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

11. DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Os membros do Conselho de Administração, individualmente, declaram que tanto quanto é do seu conhecimento:

a) As demonstrações financeiras e os demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da ENACOL;

b) O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição da empresa.

12. NOTA FINAL

O Conselho de Administração deseja expressar o seu honesto reconhecimento a todos os que, ao longo do ano 2021, apoiaram e colaboraram com a empresa. É gratificante assinalar, em particular, o relacionamento de confiança com que os clientes, fornecedores e outros parceiros de negócio nos têm honrado.

Finalmente, é merecedora de reconhecimento a equipa da ENACOL pela sua dedicação e empenho em continuar a alavancar o nosso sucesso no futuro.

Mindelo, 17 de fevereiro 2022

O Conselho de Administração,

Jorge José Borges de Carvalho

António Luís dos Santos Neves

João Bento da Silva Neto

Ana Teresa Coelho Pina

Ricardo Jorge Vilhena de Almeida

ENACOL
Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

13. ANEXOS

ENACOL - EMPRESA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

ENACOL - EMPRESA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em milhares de escudos Cabo-verdianos)

RUBRICAS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	3	153.525	153.525
Edifícios e outras construções	3	796.396	872.725
Equipamento básico	3	604.047	676.673
Equipamento de transporte	3	91.005	118.482
Equipamento administrativo	3	49.845	61.920
Outros ativos tangíveis	3	115.117	93.422
Ativos fixos tangíveis em curso	3	344.789	162.585
Propriedade de investimento			
Edifícios e outras construções	5	2.949	3.155
Ativos intangíveis			
Programas de computador	6	20.941	37.950
Ativos intangíveis em curso	6	-	422
Participações financeiras	7	178.275	183.804
Ativos por imposto diferidos	28	8.916	16.555
Total do ativo não corrente		**2.365.806**	**2.381.217**
ATIVO CORRENTE			
Inventários			
Mercadorias	8	1.315.193	538.422
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8	30.711	36.472
Outros produtos de consumo	8	4.415	4.590
Clientes	9	1.557.662	1.059.569
Adiantamentos a Fornecedores	11	8.525	3.583
Estado e outros entes públicos	10	519.772	481.918
Outras contas a receber	11	94.657	116.336
Diferimentos	12	32.036	13.344
Caixa e depósitos bancários	2 e 13	324.668	487.670
Total do ativo corrente		**3.887.638**	**2.741.903**
Total do ativo		**6.253.443**	**5.123.120**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital realizado	15	1.000.000	1.000.000
Reservas legais	15	200.000	200.000
Outras reservas	15	2.420.163	2.420.163
Ajustamentos em ativos financeiros		37.552	37.551
Resultados transitados	15	(68.865)	173.811
Resultado líquido do período	15	472.305	(242.675)
Total do capital próprio		**4.061.155**	**3.588.849**
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	16	6.092	25.048
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	22	39.733	60.555
Total do passivo não corrente		**45.825**	**85.603**
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	17	1.411.352	587.468
Adiantamentos de clientes	18	32.333	11.470
Estado e outros entes públicos	10	101.428	61.847
Acionistas	15	1.044	321.833
Outras contas a pagar	18	600.307	466.050
Total do passivo corrente		**2.146.464**	**1.448.667**
Total do passivo		**2.192.289**	**1.534.271**
Total do capital próprio e do passivo		**6.253.443**	**5.123.120**

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

A Direção dos Serviços Corporativos

O Conselho de Administração

ENACOL - EMPRESA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

ENACOL - EMPRESA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em milhares de escudos Cabo-verdianos)

RUBRICAS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	19	12.564.585	9.198.219
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	69.484	68.921
Trabalhos para a própria entidade		2.320	-
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	20	(10.100.461)	(7.749.702)
Resultado operacional bruto		**2.535.928**	**1.517.438**
Fornecimentos e serviços externos	21	(1.179.702)	(991.718)
Valor acrescentado bruto		**1.356.226**	**525.720**
Gastos com o pessoal	22	(426.615)	(388.206)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	14 e 23	(3.521)	(5.096)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	(133.090)	(101.514)
Provisões (aumentos/reduções)	16	18.956	31.044
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		(4.476)	
Outros rendimentos e ganhos	24	214.329	233.197
Outros gastos e perdas	25	(202.162)	(258.223)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**819.648**	**36.921**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	(282.914)	(278.678)
Resultado operacional (antes de ganho/perdas de financiamento e impostos)		**536.734**	**(241.757)**
Juros e ganhos similares obtidos	27	2.732	4.379
Juros e perdas similares suportados	27	(150)	(3)
Resultado antes de impostos		**539.315**	**(237.381)**
Imposto sobre o rendimento do período	10 e 28	(67.011)	(5.295)
Resultado líquido do período		**472.305**	**(242.675)**

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

A Direção dos Serviços Corporativos

O Conselho de Administração

ENACOL - EMPRESA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

ENACOL - EMPRESA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em milhares de escudos Cabo-verdianos)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição em 1 de Janeiro de 2020		**1.000.000**	**200.000**	**2.420.163**	**37.552**	**420.993**	**855.467**	**4.934.174**
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(242.675)	(242.675)
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior		-	-	-	-	855.467	(855.467)	-
						855.467	**(1.098.141)**	**(242.675)**
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		-	-					-
Distribuição de dividendos	15	-	-	-	-	-	-	-
					-	**(1.102.650)**		**(1.102.650)**
Posição em 31 de Dezembro de 2020		**1.000.000**	**200.000**	**2.420.163**	**37.552**	**173.810**	**(242.675)**	**3.588.849**
Posição em 1 de Janeiro de 2021	**15**	**1.000.000**	**200.000**	**2.420.163**	**37.552**	**173.810**	**(242.675)**	**3.588.849**
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Resultado líquido do período	15	-	-	-	-	-	472.305	472.305
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	15	-	-	-	-	(242.675)	242.675	-
		-	-	-	-	**(242.675)**	**714.980**	**472.305**
		-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31 de Dezembro de 2021		**1.000.000**	**200.000**	**2.420.163**	**37.552**	**(68.865)**	**472.305**	**4.061.155**

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

A Direção dos Serviços Corporativos

O Conselho de Administração

ENACOL - EMPRESA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos)

RUBRICAS	Notas	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		13.264.030	10.302.074
Pagamentos a fornecedores		(12.200.425)	(10.402.965)
Pagamentos ao pessoal		(288.816)	(304.259)
Caixa gerada pelas operações		**774.788**	**(405.150)**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	28	-	(98.897)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	2	(576.434)	(39.109)
Fluxos das atividades operacionais (1)		**198.354**	**(543.156)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	3	(108.897)	(22.984)
Ativos intangíveis	6	(2.624)	-
		(111.522)	**(22.984)**
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	27	1.864	4.379
Dividendos	7	75.014	183.281
		76.877	**187.660**
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(34.644)**	**164.676**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos	15	(320.788)	(781.506)
		(320.788)	**(781.506)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**(320.788)**	**(781.506)**
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) - (3)		**(157.079)**	**(1.159.986)**
Efeito das diferenças de câmbio		**(5.924)**	**(22.262)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 e 13	**487.670**	**1.669.919**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 e 13	**324.668**	**487.670**

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

A Direção dos Serviços Corporativos

O Conselho de Administração

ENACOL - EMPRESA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos – mECV)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A. ("Empresa" ou "Enacol"), com sede na Ilha de São Vicente, Cidade do Mindelo, foi constituída em 1979 pelo Decreto-Lei nº 122/79, de 15 de dezembro, com a designação de Empresa Nacional de Combustíveis, E.P. e transformada em sociedade anónima de capitais públicos pelo Decreto-Lei nº 47/96. Durante o exercício de 1997 decorreu a primeira fase de privatização da Empresa, a qual resultou na alienação de 65% do seu capital social, por venda direta à Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. ("Petrogal") e à Sonangol - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, U.E.E. ("Sonangol") (Nota 15).

Na sequência do Decreto-Lei nº 63/98 de 31 de dezembro, em 14 de fevereiro de 1999 deu-se início ao processo da venda das 350.000 ações detidas pelo Estado e representativas de 35% do capital da Empresa. Neste processo, foram alienadas 56.912 ações (5,69% do capital), das quais 37.790 ações a trabalhadores e 19.122 ações ao público em geral. Em 2007 e no âmbito de uma oferta pública de venda o Estado de Cabo Verde alienou 285.088 ações, correspondentes a 28,5% do capital da Empresa, que foram negociadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde. Em dezembro de 2019 e no âmbito de uma oferta pública de venda o Estado de Cabo Verde alienou 21.000 ações, correspondentes a 2,1% do capital da Empresa, que foram negociadas na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Enacol tem como a empresa mãe a Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. ("Petrogal"), com sede na Rua Tomás da Fonseca, Torre C Lisboa 1600-209, em Lisboa (Portugal).

A Empresa rege-se pelas normas reguladoras das Sociedades Anónimas e pelos seus estatutos. Não foram feitas derrogações às disposições do SNCRF. Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do período anterior.

A Empresa tem a sua sede na cidade do Mindelo, República de Cabo Verde, podendo ter Direções Regionais, Agências, Delegações ou outras formas de representação, em qualquer ponto do território nacional ou no estrangeiro. Presentemente, a Empresa tem delegações nas ilhas de Santiago, Sal, Santo Antão, Fogo e Boavista, e agências nas ilhas da Brava, Maio e São Nicolau.

O seu objeto social consiste na importação, distribuição, transporte, armazenagem e reexportação de hidrocarbonetos e seus derivados, a exploração de parques de armazenagem, bem como das respetivas estruturas de transporte primário intra e inter-ilhas, receção, movimentação e expedição de combustíveis líquidos e gasosos, a exploração de postos de abastecimento e áreas de serviço de assistência a automóveis, a produção, distribuição e comercialização de outras formas de energia não fóssil, bem como de outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com o seu objeto principal.

As demonstrações financeiras apresentadas têm como como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, de acordo como disposto no Decreto-Lei nº 5/2008, de 4 de fevereiro.
As notas que se seguem respeitam à estrutura de anexo proposta pelo despacho normativo nº 2/2008 na sequência do referido Decreto-Lei. Estas demonstrações financeiras refletem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de derrogação da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, em conformidade com os princípios contabilísticos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência e plenitude.
Não foram feitas derrogações às disposições do SNCRF. Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do período anterior.

1. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados inicialmente ao custo de aquisição: (i) O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos; (ii) Quaisquer custos atribuíveis, diretamente para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo funcionar da forma pretendida, incluindo (III) Custos estimados de desmantelamento e remoção do item e de restauro do local no qual este está localizado.

O reconhecimento dos custos na quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível cessa quando o item está na localização e condições necessárias para que seja capaz de funcionar da forma pretendida.

Segundo o modelo do custo, após a mensuração inicial, a quantia escriturada dos itens do ativo fixo tangível é dada pelo seu custo menos qualquer depreciação acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas. Na mensuração subsequente dos itens do ativo fixo tangível, a entidade adota o modelo de custo.

As depreciações são calculadas, após os bens se encontrarem disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada bem, o que se discrimina como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	5 - 25
Equipamento de transporte	5 - 8
Equipamento administrativo	4 - 15
Outros ativos tangíveis	4 - 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de implantação e/ou construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais.

b) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem imóveis detidos para obter rendas ou valorizações de capital (ou ambos), não se destinando ao uso para a produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

Os ativos da Empresa que se qualificam como propriedade de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas inicialmente ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível, nomeadamente impostos de transferência de propriedade e outros custos de transação.

Após o reconhecimento inicial, a entidade adota o modelo de mensuração subsequente o modelo de custo. É utilizado o método de quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para este bem.

Segundo o modelo do custo, após a mensuração inicial, a quantia escriturada dos itens da propriedade de investimento é dada pelo seu custo menos qualquer depreciação acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expetativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizados no custo de aquisição destas propriedades de investimento.

c) Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Locações em que a Empresa age como locadora (locações operacionais):

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam ao contrato de locação operacional do navio "Baía", celebrado com a empresa subsidiária "Enamar".

O rendimento relacionado com recebimentos de locações operacionais é reconhecido numa base linear durante o período da locação. Os custos iniciais incorridos com a negociação e contratação das locações operacionais são acrescidos à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como gastos numa base linear durante o período da locação.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são registados se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa, identificáveis e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.
Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registadas como custo quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento num projeto interno.

Os custos internos associados à manutenção são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos. Relativamente aos custos com o desenvolvimento do software quando a entidade não espera obter benéficios económicos futuros os mesmos são registados em resultados.
As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

e) Participações financeiras

As participações financeiras em empresas subsidiárias (empresas onde existe controlo) e associadas (empresas onde existe influência significativa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos da subsidiária ou da associada por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. As variações diretas no capital próprio das participadas, após a aquisição, são registadas por contrapartida de reservas. Adicionalmente os investimentos em subsidiárias e associadas podem ser ajustados pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor das participações financeiras.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é registado pelo valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos adicionais relativamente à participada, caso em que procede ao registo de uma provisão no passivo.

f) Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

I. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo, com vencimento a menos de doze meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis.

II. Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

III. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal, o qual usualmente corresponde ao seu custo amortizado, líquido de eventuais despesas com a emissão desses empréstimos.

Eventuais despesas com a emissão dos empréstimos, pagas antecipadamente aquando da sua emissão, são reconhecidas pelo método do custo amortizado na demonstração dos resultados do exercício ao longo do período de vida desses empréstimos, encontrando-se classificadas a deduzir à rubrica de "Empréstimos obtidos".

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente Imposto de Selo), são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime de acréscimo (princípio da especialização dos exercícios), encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

IV. Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal, o qual usualmente corresponde ao seu custo ou custo amortizado.

g) Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

i) Mercadorias

As mercadorias compreendem essencialmente combustíveis e lubrificantes, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui o preço da fatura, despesas de transporte, seguros e direitos aduaneiros, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como método de custeio das saídas.

ii) Matérias-primas subsidiárias e de consumo

A rubrica de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo, compreende essencialmente consumíveis e peças de reserva, que se encontram valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço da fatura, despesas de transporte, seguros e direitos aduaneiros, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como método de custeio das saídas.

iii) Embalagens comerciais retornáveis

As embalagens comerciais retornáveis, que compreendem as taras (com desgaste rápido) de transporte de combustíveis entre as diversas instalações da Empresa, encontram-se registadas ao custo específico de aquisição deduzido de uma depreciação mensal, correspondente ao número de utilizações das mesmas, que se estima de oito viagens.

As diferenças entre o valor pelo qual se encontram registados os inventários, conforme acima mencionado, e o respetivo valor estimado de realização, quando mais baixo, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício e encontram-se registadas na rubrica "Ajustamentos de inventários".

h) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

i) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa, de acordo com a legislação em vigor à data de aprovação das demonstrações.

j) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, exceto as que resultem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento da transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto nas situações acima referidas.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, porém para tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expetativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam emitidas na data do relato. A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos relacionam-se com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma entidade fiscal e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

k) Rédito e regime do acréscimo

Os rendimentos decorrentes de vendas de bens são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as seguintes condições:

- a Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- a Empresa não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que são prestados de acordo com o regime de acréscimo.
Os juros e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os rendimentos e gastos são contabilizados no período a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os rendimentos e gastos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de "Diferimentos", "Outras contas a receber" e "Outras contas a pagar".

l) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Escudos Cabo-verdianos utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a taxa de câmbio das principais divisas face ao Escudo de Cabo Verde era como se segue:

Taxas de câmbio à data de balanço	Taxas de câmbio	
	em 31/12/2021	em 31/12/2020
Euro	110,265	110,265
USD - Dolares dos Estados Unidos da América (taxa de compra)	97,453	89,684
USD - Dolares dos Estados Unidos da América (taxa de venda)	97,655	89,886

m) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

n) Benefícios dos empregados

Benefícios dos empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca do serviço prestado pelos empregados.

Os benefícios a curto prazo dos empregados referem-se a ordenados, salários e remunerações, contribuições para a segurança social, licenças e baixas por doença pagas, participações nos lucros da entidade e gratificações, caso sejam liquidadas até doze meses após o final do período em que os empregados prestam respetivo serviço, incluindo benefícios não monetários (assistência médica etc.).

Relativamente aos empregados que prestaram serviço à entidade, durante o período contabilístico, reconhece-se a quantia não descontada de benefícios a curto prazo dos empregados que se esperam pagar em troca desse serviço: (a) como um passivo (acréscimo de gasto), após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, esse excesso é reconhecido como um ativo (gasto antecipado); e (b) Como um gasto, a menos que seja exigida a inclusão dos benefícios no custo de um ativo.

A entidade reconhece o custo esperado de benefícios a curto prazo dos empregados na forma de ausências remuneradas, do seguinte modo: (i) No caso de ausências remuneradas acumuláveis, quando os empregados prestam serviço que aumente o seu direito de ausências permitidas futuras; e (ii) No caso de ausências remuneradas não acumuláveis, quando as faltas ocorrem.

A entidade pode remunerar empregados por ausência por variadas razões incluindo férias, doença e incapacidade a curto prazo, parentalidade, serviço dos tribunais.

A entidade mensura o custo esperado de ausências remuneradas não gozadas acumuláveis como a quantia adicional que a entidade espera pagar em consequência do direito não utilizado que tenha acumulado à data do balanço.

As ausências remuneradas não acumuláveis não se transportam. Elas serão perdidas, se o direito do período corrente não for totalmente usado, não dando aos empregados o direito de um pagamento a dinheiro por direitos não utilizados quando saírem da entidade. Nestas situações, não reconhece

passivos nem gasto até ao momento da falta, porque o serviço do empregado não aumenta a quantia dos benefícios.

O custo esperado dos pagamentos de participação nos lucros e bónus somente é reconhecido quando a entidade tenha uma obrigação presente de fazer tais pagamentos em consequência de acontecimentos passados, desde que possa efetuar uma estimativa fiável dessa obrigação.

A Empresa, com início no exercício de 2015, efetuou um plano de reforma antecipada para alguns dos seus colaboradores, que consistiu, essencialmente, na possibilidade de pré-reforma dos colaboradores abrangidos, caso objeto de acordo com os mesmos, por contrapartida, usualmente, do pagamento mensal de 80% do vencimento do colaborador, acrescido de contribuição para a Previdência Social.

A Empresa reconhece, a estimativa do valor presente da obrigação resultante deste plano, a qual é registada na rubrica de "Benefícios pós-emprego" por contrapartida da rubrica de "Gastos com pessoal". A provisão é utilizada pelos pagamentos mensais efetuados aos colaboradores que aderiram a este plano.

Em 2021, o valor passou para 75% do vencimento do colaborador, para os que aderirem ao plano de reforma antecipada a partir de 2021.

o) Imparidades de ativos

É efetuada uma avaliação para determinação de imparidades sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como dedução à rubrica de "Perdas por imparidade". Contudo, a reversão da perda é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a referida perda não se tivesse registado em períodos anteriores.

p) Juízos de valor e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das

demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorreram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, respeitam às perdas de imparidade em contas a receber, inventários, vida útil e imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e estimativa de responsabilidades com benefícios pós-emprego.

q) Eventos subsequentes

Acontecimentos após a data do balanço: são aqueles acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorram entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras forem autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão. Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos: a) Aqueles que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos); e b) Aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Incluem-se aqui os acontecimentos que ocorram após o anúncio público de resultados ou de outra informação financeira selecionada. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras: é a data a partir da qual as demonstrações financeiras aprovadas pelo órgão de gestão se disponibilizam para conhecimento de terceiros.

As quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são ajustadas para refletir os acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos e que exigem que uma entidade ajuste as quantias reconhecidas nas suas demonstrações financeiras, ou que reconheça itens que não foram anteriormente reconhecidos.

As divulgações nas demonstrações financeiras são atualizadas para refletir as informações recebidas após a data do balanço, mesmo quando as informações não afetam as quantias que a entidade reconhece nas suas demonstrações financeiras.

Ao Invés, as quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras não são ajustadas para refletir os acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos sendo apenas objeto de divulgação.

2. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo igual ou inferior a 3 meses a partir da data de constituição). O detalhe de caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	2021	2020
Depósitos bancários por Balanço	324.668	487.670
Diferença	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período por Demonstração dos Fluxos de Caixa	324.668	487.670

Não existem restrições quanto ao uso dos saldos de caixa e seus equivalentes.

3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no valor dos ativos fixos tangíveis e em curso é como segue:

	2021							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:								
Saldo inicial	153.525	1.920.584	2.788.092	695.613	378.478	774.470	162.585	6.873.347
Adições	-	-	-	5.730	2.317	68	275.767	283.882
Alienações e abates		-	(35.264)	(42.755)	(46.241)	(3.207)	-	(127.467)
Correções	-	-	-	-	-	-	438	438
Imparidades							(4.476)	(4.476)
Transferências	-	2.981	37.772	9.568	2.444	36.760	(89.525)	-
Saldo final	153.525	1.923.565	2.790.601	668.157	336.997	808.091	344.789	7.025.724
Depreciações acumuladas:								
Saldo inicial	-	1.047.859	2.111.420	577.131	316.558	681.048		4.734.016
Depreciação do exercício (Nota 26)	-	79.310	110.371	41.989	16.744	15.133		263.547
Correção	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações e abates	-	-	(35.238)	(41.968)	(46.150)	(3.207)	-	(126.562)
Saldo final	-	1.127.169	2.186.553	577.152	287.152	692.974	-	4.871.000
	153.525	796.396	604.047	91.005	49.845	115.117	344.789	2.154.724

	2020							
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:								
Saldo inicial	153.525	1.875.893	2.693.579	658.365	394.161	741.542	359.305	6.876.368
Adições	-	-	-	-	4.310	280	103.483	108.073
Alienações e abates		(3.078)	(36.396)	(15.702)	(51.967)	(3.951)	-	(111.094)
Correções	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	47.769	130.910	52.950	31.974	36.599	(300.203)	-
Saldo final	153.525	1.920.584	2.788.092	695.613	378.478	774.470	162.585	6.873.347
Depreciações acumuladas:								
Saldo inicial	-	970.518	2.029.534	555.935	356.989	672.456		4.585.431
Depreciação do exercício (Nota 26)	-	80.353	118.282	36.898	11.533	12.543		259.609
Correção	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações e abates	-	(3.011)	(36.396)	(15.702)	(51.965)	(3.951)	-	(111.025)
Saldo final	-	1.047.859	2.111.420	577.131	316.558	681.048	-	4.734.016
	153.525	872.725	676.673	118.482	61.920	93.422	162.585	2.139.331

As adições registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis", no montante de mECV 283.882, incluem, entre outros: (i) Impermeabilização da bacia dos Tks nº 3, 4 e 5 de São Vicente no montante de mECV 42.317 (ii) Projeto de Substituição Sealine 20" Galé no montante de mECV 57.649 (iii) Aquisição de taras de GPL no montante de mECV 10.009 (iv) Aquisição de Meios de Combate a Poluição e derrames no mar para a instalação de São Vicente no montante de mECV 32.477 (v) Requalificação e recertificação de contentores no montante mECV 16.508 e (vi) SPN PV Fonte Meio no montante mECV 12.786.

As transferências da rubrica de "Ativos tangíveis em curso", para as diversas rubricas de "Ativos fixos tangíveis", no montante total de mECV 89.525, incluem essencialmente: (i) SPN PV Fonte Meio no montante de mECV 14.199 (ii) Aquisição de Garrafas de 12.5 kg no montante de mECV 10.009 (iii) Manutenção Pipeline Palmeira no montante de mECV 6.105 (iv) Sistema fotovoltaico Achada Grande no montante de mECV 5.698 (v) Revamping instalação GPL - Lavandaria NetSal no montante de mECV 5.065 (vi) e Beneficiação com Sondas em Contentores GPL no montante de mECV 4.193.

A rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso", em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tem a seguinte composição:

	2021			2020		
	Valor	Perda por imparidade	Valor líquido	Valor	Perda por imparidade	Valor líquido
Projecto de Substituição Sealine 20" Galé	128.650		128.650	71.001	-	71.001
Impermeabilização da bacia dos Tks nº 3,4 e 5 de São Vicente	46.909		46.909	4.592	-	4.592
Meios de Combate a Poluição e derrames no mar	32.477		32.477	-	-	-
Requalificação e recertificação de contentores	13.907		13.907	-	-	-
Instalação de sondas nos contentores	-		-	9.781	-	9.781
Sistema combate a incêndio parque Achada Grande Santiago	8.415		8.415	8.415	-	8.415
Sistema combate a incêndio parque Instalação SV EST	8.368		8.368	4.509	-	4.509
Camião trator Man Truck Nº2021-186	7.458		7.458	-	-	-
Sistema fotovoltaico	-		-	7.344	-	7.344
Manutenção Pipeline Palmeira - Aeroporto Internacional Amilcar Cabral	-		-	6.105	-	6.105
Tratamento Superficies - TK#1 Instalação Palmeira	5.613		5.613	-	-	-
2 Toyota Hilux GUN122L entrega Gás Domicilio ST	5.183		5.183	-	-	-
Manutenção Pipeline Palmeira - Aeroporto Internacional Amilcar Cabral 2ª Fase	4.883		4.883	-	-	-
Estação de enchimento de gás (Sodigás)	4.476	(4.476)	-	4.476	-	4.476
B2B Revamping instalação GPL - Lavandaria NetSal	-		-	4.338	-	4.338
Manutenção do Tanque # 02 da Instalação Achada Grande	4.313		4.313	-	-	-
TOYOTA DYNA XZU71OL - SKMRK3 distribuição Gás Domicilio SA	4.017		4.017	-	-	-
Outros	74.594		74.594	42.024	-	42.024
	349.265	**(4.476)**	**344.789**	**162.585**	**-**	**162.585**

4. LOCAÇÕES

No decurso do exercício 2018 a Empresa celebrou com a empresa subsidiária Enamar, um contrato de fretamento do navio "NT Baía" por um período de um ano com início em 1 de fevereiro de 2018, o qual pode ser renovado tacitamente por igual período.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa reconheceu na demonstração dos resultados o montante de mECV 40.150 na rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" relativo ao fretamento do navio referido no parágrafo anterior (Nota 24).

5. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no valor das propriedades de investimento é como segue:

	2021	2020
	Edifícios	Edifícios
Ativo bruto:		
Saldo inicial	5.143	5.143
Transferências	-	-
Saldo final	5.143	5.143
Depreciações acumuladas:		
Saldo inicial	1.988	1.783
Correção		
Depreciação do exercício (Nota 26)	206	206
Saldo final	2.194	1.988
Valor líquido	2.949	3.155

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no valor dos ativos intangíveis é como segue:

	2021			2020		
	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:						
Saldo inicial	115.699	422	116.120	108.843	4.200	113.043
Adições	-	1.814	1.814	2.282	796	3.078
Alienações e abates			-			-
Correcções	2.236	(2.236)	-			-
Transferências	-	-	-	4.574	(4.574)	-
Saldo final	117.934	(0)	117.934	115.699	422	116.120
Amortizações acumuladas:						
Saldo inicial	77.749	-	77.749	58.886	-	58.886
Amortização do exercício (Nota 26)	19.244	-	19.244	18.864	-	18.864
Correção	-		-	-		-
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	96.993	-	96.993	77.749	-	77.749
Valor líquido	20.941	(0)	20.941	37.950	422	38.371

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica compreende as seguintes participações financeiras registadas pelo método da equivalência patrimonial:

		Percentagem efetiva do capital correspondente à ENACOL		Dados a 31.12.2021						
	Sede Social	2021	2020	Ativo	Proveitos	Capital Próprio	Resultado líquido	Goodwill	Método equivalência patrimonial	Saldo Total
Enamar - Sociedade de Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A.	Mindelo (Cabo Verde)	100,00%	100,00%	137.071	665.232	94.168	58.030	-	94.168	94.168
Enacolgest, Lda.	Mindelo (Cabo Verde)	100,00%	100,00%	40.332	503.659	27.762	3.418	-	27.762	27.762
Sodigás - Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L.	Mindelo (Cabo Verde)	47,73%	47,73%	117.912	68.888	110.556	16.836	3.577	52.768	56.345
				295.315	1.237.780	232.486	78.284	3.577	174.698	178.275

		Percentagem efetiva do capital correspondente à ENACOL		Dados a 31.12.2020						
	Sede Social	2020	2019	Ativo	Proveitos	Capital Próprio	Resultado líquido	Goodwill	Método equivalência patrimonial	Saldo Total
Enamar - Sociedade de Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A.	Mindelo (Cabo Verde)	100,00%	100,00%	125.766	507.683	99.218	63.080	-	99.218	99.218
Enacolgest, Lda.	Mindelo (Cabo Verde)	100,00%	100,00%	37.676	358.951	24.344	1.024	-	24.344	24.344
Sodigás - Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L.	Mindelo (Cabo Verde)	47,73%	47,73%	124.098	57.123	118.720	10.092	3.577	56.665	60.242
				287.540	923.758	242.282	74.196	3.577	180.227	183.804

O movimento das participações indicadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como se segue:

Denominação social	Sede Social	Percentagem efetiva do capital correspondente à ENACOL 2021	Percentagem efetiva do capital correspondente à ENACOL 2020	Movimento das participações financeiras - 2021: Saldo inicial	Aquisições	Método da Equivalência Patrimonial (Nota 31)	Outras var. capital próprio	Distribuição de dividendos	Saldo Total
Empresas do grupo:									
Enamar - Sociedade de Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A.	Mindelo (Cabo Verde)	100,00%	100,00%	99.218	-	58.030		(63.080)	94.168
Enacolgest, Lda.	Mindelo (Cabo Verde)	100,00%	100,00%	24.344	-	3.418		-	27.762
Empresas associadas:									
Sodigás - Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L.	Mindelo (Cabo Verde)	47,73%	47,73%	60.242		8.036		(11.932)	56.345
				183.804	-	69.484	-	(75.013)	178.275

Denominação social	Sede Social	Percentagem efetiva do capital correspondente à ENACOL 2020	Percentagem efetiva do capital correspondente à ENACOL 2019	Movimento das participações financeiras - 2020: Saldo inicial	Aquisições	Método da Equivalência Patrimonial (Nota 31)	Aplicação do MEP - Reservas	Distribuição de dividendos	Saldo final
Empresas do grupo:									
Enamar - Sociedade de Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A.	Mindelo (Cabo Verde)	100,00%	100,00%	212.259	-	63.080		(176.121)	99.218
Enacolgest, Lda.	Mindelo (Cabo Verde)	100,00%	100,00%	23.320	-	1.024		-	24.344
Empresas associadas:									
Sodigás - Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L.	Mindelo (Cabo Verde)	47,73%	47,73%	62.585		4.817		(7.159)	60.242
				298.163	-	68.921	-	(183.280)	183.804

A Sodigás, cujo maior acionista é a Empresa, dedica-se essencialmente à produção e comercialização de oxigénio, acetileno, azoto e demais gases industriais. O segundo maior acionista desta sociedade é a Câmara Municipal de São Vicente.

A participação financeira detida pela Empresa na Sodigás encontra-se registada pelo método da equivalência patrimonial, tendo esta, apropriado um ganho no decurso do exercício de 2021 no montante de mECV 8.036 que foi reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias e associadas".

A Enamar, integralmente detida pela Empresa dedica-se à indústria de transportes marítimos e atividades relacionadas. A Empresa foi constituída em 2006, tendo iniciado a atividade em janeiro de 2011.

A participação financeira detida pela Empresa na Enamar encontra-se em 31 de dezembro de 2021 registada pelo método da equivalência patrimonial, tendo esta, apropriado um ganho no decurso do exercício de 2021 no montante de mECV 58.030 que foi reconhecido na demonstração dos resultados na rubrica "Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias e associadas".

A Enacolgest integralmente detida pela Empresa, foi constituída no decurso do exercício de 2007 e tem como objeto social a importação e comercialização, gestão e aprovisionamento, exploração de áreas de serviço e postos de abastecimento de combustível, elaboração e gestão de projetos de manutenção e construção dos postos de abastecimento da rede da Empresa. Esta sociedade iniciou a sua atividade operacional no início de 2012, a qual consistia na gestão e operação de 6 postos de abastecimentos da Empresa. Em 31 de dezembro de 2021, a Enacolgest tinha sob a sua gestão 7 postos de abastecimentos da Empresa. Para esta subsidiária, a qual no exercício de 2015 apresentava capital próprio negativo, a Empresa reconheceu uma provisão no montante de mECV 13.934, reconhecido na demonstração dos resultados na rubrica "Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias e associadas". No decurso do exercício de 2016, esta provisão foi revertida mediante o aumento de capital social efetuado naquela subsidiária. No decurso do exercício de 2021, gerou um ganho para a Empresa no montante de mECV 3.418 que foi reconhecido na demonstração dos resultados na rubrica "Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias e associadas".

8. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021			2020		
	Custo (Nota 20)	Perdas por imparidade (Nota 14)	Líquido	Custo (Nota 20)	Perdas por imparidade (Nota 14)	Líquido
Mercadorias						
Combustíveis	1.192.245	(25.053)	1.167.193	454.292	(25.818)	428.474
Lubrificantes	152.083	(19.678)	132.405	110.816	(15.666)	95.150
Mercadorias diversas	26.159	(10.563)	15.596	27.113	(12.315)	14.798
	1.370.487	(55.294)	1.315.193	592.221	(53.799)	538.422
Matérias primas, subsidiárias e de consumo						
Peças de reservas	99.946	(69.236)	30.711	103.682	(67.209)	36.472
Outros produtos de consumo	4.463	(48)	4.415	4.638	(48)	4.590
	104.409	(69.284)	35.125	108.320	(67.257)	41.062
	1.474.897	(124.578)	1.350.319	700.541	(121.056)	579.484

Em mercadorias diversas, a Empresa regista diversos produtos, tais como aparelhos a gás, acessórios para instalação do butano e produtos *care* que comercializa nos seus postos de venda.

Os outros produtos de consumo correspondem, essencialmente, a bidões de desgaste rápido destinados ao transporte de produtos inter-ilhas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 existiam fora da Empresa os seguintes inventários:

	2021	2020
Inventários em poder de terceiros - Vivo Energy	298.555	124.102
Inventários em poder de terceiros - Electra	-	239
Inventários em poder de terceiros - Consignados	22.819	22.819
Inventários em trânsito	61.501	9.738
	382.874	156.899

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Empresa tinha nas suas instalações os seguintes inventários de terceiros:

	2021	2020
Inventários de terceiros - Vivo Energy	79.483	37.341
Inventários de terceiros - Gunvor/Trafigura	979.567	537.753
Inventários de terceiros - Outros	-	3.667
	1.059.050	578.761

9. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Clientes, conta corrente:		
Electra,S.A.	441.832	234.391
TACV	58.753	188.903
Vivo Energy (ex Shell Cabo Verde)	202.454	168.864
Tui Airw ays Limited	36.164	-
Águas e Energia da Boa Vista,S.A.	121.242	82.757
Petrogal, S.A. (Nota 32)	60.190	2.933
World Fuel Services Europe Ltd. (Bunkering and aviation)	8.267	53.620
Cabo Verde Interilhas	43.476	-
KPI OceanConnect Limited	42.972	-
Tui Airlines Nederland	18.278	-
Tulfly Gmbh	34.374	158
Geogás Trading S.A.	40.739	-
Monjasa DMCC	0	7.626
Tecnovia CV Lda.	22.935	-
TICV, Transportes Regulares de Cabo Verde, SA	21.114	-
Armando Cunha - Cabo Verde, S.A.	14.754	24.564
Jetairfly	16.674	-
Peninsula Petroleum Ltd.	48.321	79.447
Propeller Fuels Ltd	19.120	-
Transporte "Sol-Atlantico" - Praia	17.819	8.633
Cândido António Salomão	879	5.335
Jetairfly (TUI Airlines Belgium)	16.674	-
Enacolgest (Nota 32)	3.259	8.586
Dois, Três, Oito - Gestão e Investimento, Lda.	6.896	7.012
Empreitel Figueiredo, S.A.	15.464	-
Glander International Bunkering DMCC	11.188	-
Tuifly Nordic AB	10.591	-
Japan Tuna Fisheries Corporation	8.743	21.919
Outros	214.489	164.822
	1.557.662	1.059.569
Clientes de cobrança duvidosa:		
Clientes de cobrança duvidosa	665.498	630.015
	665.498	630.015
Perdas por imparidade (Nota 14)	-665.498	-630.015
	1.557.662	1.059.569

Relativamente ao saldo com o cliente TACV, encontra-se em curso a negociação de um acordo de pagamento da dívida. O Conselho de Administração da Enacol entende que se encontram reunidas as condições com esta entidade e com a intervenção do seu acionista Estado de Cabo Verde, para a liquidação da dívida objeto da proposta referida. A divida total deste cliente é de mECV 344.782, dos quais mECV 286.028 em imparidade.

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Natureza	2021	2020
Saldos devedores:		
Imposto sobre o Valor Acrescentado - A recuperar	38.514	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado - Reembolsos pedidos	362.322	362.322
Imposto estimado (Nota 28)	-	-
Pagamentos por conta (fracionado IRPC)	109.151	109.811
Outros	9.785	9.785
	519.772	481.918
Saldos credores:		
Previdência Social	5.893	6.202
Imposto Único sobre Rendimentos - retenção na fonte - Independ.	247	289
Imposto Único sobre Rendimentos - retenção na fonte - Depend.	3.240	5.528
Insuficiência estimativa	2.020	2.020
Imposto estimado (Nota 28)	59.371	
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	2.561
Outros	30.656	45.248
	101.428	61.847

O saldo de mECV 362.322 corresponde ao pedido de reembolso efetuado no decurso do exercício de 2016. Este valor corresponde essencialmente ao IVA dedutível nos despachos Alfandegários e todos os documentos que suportam estas deduções são documentos emitidos ao abrigo da Lei de emissão de faturas e documentos equivalentes, pelo que é nossa convicção que o valor venha a ser recuperado.

O montante de mECV 5.893 em dívida à Previdência Social corresponde aos encargos sobre as remunerações do mês de dezembro da responsabilidade da Empresa e dos trabalhadores.

Os montantes de mECV 3.240 e mECV 247 em dívida incluem as retenções de IRPS relativo às remunerações do mês de dezembro dos colaboradores, e dos prestadores de serviços respetivamente.

O montante de mECV 109.151 corresponde ao valor a recuperar resultante do pagamento fracionado do IRPC de 2020. O valor foi calculado e pago tendo por base a coleta de 2018 e 2019, contudo o resultado fiscal para 2020 foi negativo. Em 2021, não houve pagamentos fracionados, visto que em 2020 a empresa não teve Coleta, decorrente dos resultados negativos de 2020 que serviriam de base para o cálculo dos fracionados de 2021.

Na rubrica dos saldos credores "Outros" está incluído, essencialmente, o montante de mECV 25.051 relativo à taxa de manutenção rodoviária a ser paga à Estradas de Cabo Verde, respeitantes ao mês de dezembro.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Natureza	2021			2020		
	Montante	Perda por imparidade (Nota 14)	Valor líquido	Montante	Perda por imparidade (Nota 14)	Valor líquido
Outras contas a receber						
Outras contas a receber - Enacolgest (Nota 32)	99		99	85		85
Outras contas a receber - Enamar (Nota 32)	-	-	-	25	-	25
Outras contas a receber - Galp MKT Int., SA (Nota 32)	875		875	1.841		1.841
Devedores por acréscimo de rendimentos	496	-	496	343	-	343
Seguros – Sinistro John Miller	66.159	-	66.159	66.159	-	66.159
Outras contas a receber - Petrogal (Nota 32)	1.875		1.875	1.875		1.875
Outros	29.103	(3.950)	25.153	85.600	(39.592)	46.008
Adiantamentos a Fornecedores	8.525	-	8.525	5.171	(1.588)	3.583
	107.131	(3.950)	103.181	161.099	(41.180)	119.919

O saldo de mECV 66.159 registado sob a rubrica "Sinistros – John Miller" diz respeito a montantes a receber da seguradora com a qual a Empresa tinha seguro contratado, respeitante às despesas relacionadas com o sinistro ocorrido com o navio "John Miller", incluindo as relativas à sua remoção e à limpeza da área onde ocorreu o sinistro. É firme convição do Conselho de Administração que este saldo será realizado sem perdas.

O montante de mECV 29.103 corresponde essencialmente a pagamentos diversos por conta de terceiros.

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Diferimentos ativos		
Diferimento de gastos:		
Inventários	9.357	10.759
Seguros pagos antecipadamente	19.078	-
Outros	3.601	2.585
	32.036	13.344

13. DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Natureza	2021			2020		
	Montante em divisa	Divisa	Montante em mECV	Montante em divisa	Divisa	Montante em mECV
Numerário	16.982	mECV	16.982	10.287	mECV	10.287
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (depósitos à ordem)						
Caixa Económica de Cabo Verde	18.468	mECV	18.468	110.731	mECV	110.731
Caixa Económica de Cabo Verde	417	mUSD	40.621	323	mUSD	28.997
Banco Caboverdeano de Negócios	22.186	mECV	22.186	63.038	mECV	63.038
Banco Caboverdeano de Negócios	6.729	mECV	6.729	10.428	mECV	10.428
Banco Caboverdeano de Negócios	102	mUSD	9.957	249	mUSD	22.294
Caixa Geral de Depósitos	60	mEur	6.607	64	mEur	7.106
Caixa Geral de Depósitos	275	mUSD	26.842	262	mUSD	23.529
Banco Interatlântico	24.907	mCVE	24.907	11.433	mCVE	11.433
Banco Interatlântico	-	mUSD	-	-	mUSD	-
Banco Comercial do Atlântico	16.475	mECV	16.475	8.385	mECV	8.385
Banco Comercial do Atlântico	144	mUSD	14.022	729	mUSD	65.554
Banco Comercial do Atlântico	7	mEur	742	9	mEur	993
Banco Africano de Investimentos	65.632	mCVE	65.632	66.856	mCVE	66.856
EcoBank	27.335	mCVE	27.335	46.260	mCVE	46.260
EcoBank	-	mEur	-	25	mEur	2.744
EcoBank	30	USD	2.924	24	USD	2.128
International Investment Bank	24.238	mCVE	24.238	6.907	mCVE	6.907
Caixa e seus equivalentes			324.668			487.670
Disponibilidades constantes no balanço			324.668			487.670

14. PERDAS POR IMPARIDADES

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi o seguinte:

	2021				
	Saldo inicial	Aumentos (Nota 23)	Reversões (Nota 23)	Utilizações	Saldo final
Perdas por imparidade:					
Inventários (Nota 8)	121.057	6.038	(2.517)	-	124.578
Clientes (Nota 9)	630.015	142.130	(9.896)	(96.752)	665.498
Outras contas a receber (Nota 11)	39.592	856	-	(36.498)	3.950
Fornecedores (Nota 11)	1.588	-	-	(1.588)	-
	792.253	149.024	(12.413)	(134.838)	794.026

	2020				
	Saldo inicial	Aumentos (Nota 23)	Reversões (Nota 23)	Utilizações	Saldo final
Perdas por imparidade:					
Inventários (Nota 8)	115.961	6.187	(1.091)	-	121.057
Clientes (Nota 9)	582.514	115.416	(13.273)	(54.642)	630.015
Outras contas a receber (Nota 11)	40.221	3.094	(3.724)	-	39.592
Fornecedores (Nota 11)	1.588	-	-	-	1.588
	740.285	124.697	(18.087)	(54.642)	792.253

Em 31 de dezembro de 2020 existiam dívidas de cobrança duvidosa no valor de mECV 96.752, para as quais haviam sido registadas perdas de imparidade de igual montante. Por ser entendimento do Conselho de Administração que estas dívidas eram incobráveis, em 2021 a Empresa procedeu o abate das dívidas pela utilização das imparidades constituídas.

15. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Empresa ascendia a mECV 1.000.000, sendo representado por 1 milhão de ações, no montante de 1.000 Escudos Cabo-Verdianos cada e encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor das participações no capital social era o seguinte:

Nome	Nº acções (un)	% no capital da Enacol	Valor correspondente no capital social (contos)
Galp Marketing Internacional	482.871	48,29%	482.871
Sonangol Cabo Verde	389.904	38,99%	389.904
Restantes Acionistas	127.225	12,72%	127.225
	1.000.000	100%	1.000.000

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de março de 2021 e 18 de março de 2020, o resultado líquido dos exercícios de 2020 e 2019, respetivamente, foram aplicados como segue:

	2021	2020
Resultados transitados	(242.675)	-
Dividendos	-	855.467
	(242.675)	855.467

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontravam-se ainda por liquidar os seguintes montantes referentes à distribuição de resultados relativos a exercícios anteriores:

Ano / Acionista	2021	2020
GALP Marketing Internacional		177.479
Sonangol Cabo Verde, S.A.		143.309
Outros	1.044	1.044
	1.044	321.833

A reserva legal deve ser constituída pela parcela mínima de 5% sobre os resultados líquidos de cada exercício que, anualmente lhe for destinada, até ser atingida a quinta parte do capital social e só pode ser utilizada para cobrir os prejuízos transitados que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e/ou para incorporação no capital social. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva legal ascende a mECV 200.000.

Com a Publicação do Novo Código das Sociedades Comerciais (BO nº8 – I Série de 23/07/2019), no seu artigo 254ª diz que "as sociedades anónimas são obrigadas a constituir uma reserva legal correspondente à quinta parte do seu capital social, mas nunca inferior a 2.500.000$00 (dois milhões e quinhentos mil escudos), devendo para o efeito, anualmente, e até se achar integralmente preenchida ou reintegrada, afetar a esse fim a vigésima parte dos seus lucros."

"É proibida a distribuição de lucros enquanto o valor mínimo da reserva legal referido acima não estiver preenchido ou reintegrado."

A reserva para investimento (incluída no saldo da rubrica "Outras reservas") é constituída pelas dotações resultantes da afetação dos resultados de cada exercício que lhe for anualmente destinada, não se encontrando definida a forma da sua utilização.

As restantes reservas não estão condicionadas nem têm restrições à sua utilização e/ou distribuição.

16. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de "Provisões" tinha a seguinte composição:

	2021				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Provisões para riscos e encargos	25.048	-	(18.956)	-	6.092
	25.048	-	(18.956)	-	6.092

	2020				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Provisões para riscos e encargos	56.092	18.956	(50.000)	-	25.048
	56.092	18.956	(50.000)	-	25.048

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, procedeu-se a reversão da provisão constituída em 2020, tendo em conta que o prestador de serviço anulou todas as faturas que tinham sido emitidas, não havendo lugar ao pagamento de qualquer fatura.

O saldo da rubrica incluí ainda um montante de mECV 6.092 relativos a provisões para impostos, conforme os resultados das inspeções fiscais realizadas na Empresa (Nota 31).

17. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Fornecedores correntes		
Vitol	-	10.317
Enamar, S.A. (Nota 32)	88.526	77.604
Vivo Energy Cabo Verde, S.A.	97.676	23.906
Conchave, SARL.	1.794	4.116
Gunvor Middle East DMCC	140.035	-
Galp Marketing International SA (Nota 32)	291	-
Petrogal, S.A. (Nota 32)	29.916	35.325
Geogas Trading S.A.	87.852	31.853
SISAV - Sistema Integrado Tratamento de Resíduos	-	4.807
Trafigura	775.717	237.385
Outros	25.413	23.251
	1.247.219	448.564
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
Vivo Energy Cabo Verde S.A.	8.259	8.246
	8.259	8.246
Fornecedores por acréscimo de gastos		
Imputação de despachos	89.953	89.954
Outros gastos	65.921	40.705
	155.874	130.659
	1.411.352	587.468

O saldo de mECV 775.717 com o fornecedor Trafigura, respeita essencialmente a compras de fuel e gasóleo.

O montante de mECV 89.953 corresponde à estimativa do valor dos direitos aduaneiros a pagar à Alfândega, incluindo os direitos relativos às importações realizadas no decurso do exercício de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Fornecedores - Faturas em receção e conferência" apresenta o montante de mECV 8.259 relativo à estimativa dos gastos com a importação de produtos ao fornecedor "Vivo Energy Cabo Verde S.A." em relação ao qual ainda não foram rececionados os respetivos documentos dos fornecedores.

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Outras contas a pagar		
Contas a regularizar	128.270	128.270
Chips	65.349	79.072
Provisão para férias	49.561	51.960
Fornecedores de ativos fixos	138.220	9.417
Cauções para garrafas gas	4.828	4.401
Taxas	84.550	61.039
IMPAR	15.896	4.084
Garantia-Comp. de Seguros de CV S.A	3.324	118
Bento Forrador, Lda	3.930	489
Bureau Veritas Rinave	3.170	243
Enacolgest (Nota 32)	289	303
Galp Marketing International SA (Nota 32)	11.774	22.709
Custos remoção navio John Miller	-	22.464
Outros	91.144	81.482
	600.307	466.050
Adiantamento de clientes	32.333	11.470
	632.640	477.520

O montante de mECV 65.349 é referente a créditos nos cartões chips ainda não utilizados pelos clientes em 31 de dezembro de 2021. A recarga do chip é efetuada com o pagamento do cliente, que é considerado um adiantamento e registado na conta 26877000018 (recebimento por conta). O abastecimento do combustível, aos clientes é efetuado pelos vários postos de abastecimentos da Enacol que, mensalmente, enviam à Empresa uma nota de débito relativa aos vários abastecimentos efetuados. A referida nota de débito é registada na conta 26877000018 (Chip).

O montante mECV 138.220 corresponde essencialmente a valores faturados de obras e aquisições de imobilizados, dos quais destacamos as bacias de contenção da instalação de São Vicente (mECV 42.317) e os meios de contenção a derrames no mar (mECV 32.477).

O montante de mECV 84.550 corresponde essencialmente ao acréscimo de gastos das taxas de regulação (ARME) de mECV 5.241 respeitante ao mês de dezembro, bem como a provisão da renda de concessão no valor de mECV 76.629 (2º sem. 2019, 2020 e 2021).
Durante o ano de 2021 recebemos por parte da Direção do Tesouro uma notificação relacionada com os montantes de remuneração previstos no contrato de concessão datado de 19 de junho de 2019. A referida notificação apresenta montante a pagar que em nossa opinião excede o período de vigência do referido contrato, apresentando um montante total em divida de 67.696 milhares de Escudos de Cabo Verde referentes ao ano de 2019 e 2020. De acordo com os montantes apresentado na nota a Enacol tem acautelado os montantes associados a esta remuneração desde a data de vigência deste contrato no valor

de 45.393 milhares de Escudos de Cabo Verde. A Enacol providenciou a Direção do Tesouro toda a informação de suporte considerando relevante e que corrobora a sua estimativa aguardando resposta positiva da Direção do Tesouro acerca deste tema.

O saldo de mECV 11.774 corresponde essencialmente ao serviço da manutenção aplicacional do software de gestão Primavera, bem como ao serviço de assistência técnica.

De acordo com a legislação laboral de Cabo Verde, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias por ano de serviço prestado, vencendo-se esse direito uma vez completado um ano de trabalho. Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa tinha constituído uma conta a pagar no montante de mECV 49.561 para fazer face a estas responsabilidades com férias e subsídio de férias a liquidar em 2022.

O montante de mECV 4.828 corresponde às cauções recebidas de agentes e outros clientes, pela cedência da primeira garrafa de gás.

O montante de mECV 32.333 corresponde essencialmente a adiantamentos de clientes estrangeiros e nacionais e a variação face a 2020, tem a ver com o aumento dos valores adiantados, resultantes do aumento de transações para com estes clientes decorrentes da retoma gradual do mercado.

19. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as vendas líquidas e as prestações de serviços repartem-se da seguinte forma:

	2021	2020
Vendas:		
Mercado Interno	7.700.696	5.360.843
Mercado de Aviação	1.277.777	1.665.184
Bancas Internacionais	3.523.814	2.110.192
	12.502.288	9.136.219
Prestação de serviços:		
Mercado Interno	59.945	62.000
Mercado Externo	2.352	-
	62.297	62.000
	12.564.585	9.198.219

De uma forma geral, verifica-se um aumento das vendas em todos os segmentos particularmente nas bancas internacionais, mas ainda não atingiram os níveis dos anos 2018 e 2019. A aviação embora com sinais de retoma, a partir do último trimestre, viu as vendas diminuir em cerca de 23% em relação a 2020, facto este justificado pelo perfil dos clientes, mais dedicados ao turismo. Constata-se assim, que o segmento da aviação sofreu queda considerável e ainda não conseguiu recuperar.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as vendas por tipo de produto detalham-se como segue:

	2021	2020
Combustíveis		
Gasóleo	4.859.140	3.611.368
Fuel	4.563.128	2.473.146
Jet A1	1.277.777	1.665.184
Butano	784.429	628.743
Gasolina	674.036	440.436
Betumes	64.931	51.235
Petróleo	1.725	1.558
Lubrificantes	269.196	257.480
Mercadorias diversas	7.927	7.068
	12.502.288	9.136.219

20. GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021			
	Mercadorias	Matérias-primas, matérias subsidiárias e embalagens	Outros produtos de consumo	Total
Inventários iniciais (Nota 8)	592.221	103.682	4.638	700.541
Compras	10.834.811	42.795	-	10.877.606
Regularização de inventários	1.081	(3.870)		(2.789)
Inventários finais (Nota 8)	(1.370.487)	(99.946)	(4.463)	(1.474.897)
	10.057.625	42.661	175	10.100.461

	2020			
	Mercadorias	Matérias-primas, matérias subsidiárias e embalagens	Outros produtos de consumo	Total
Inventários iniciais (Nota 8)	538.940	112.243	4.088	655.271
Compras	7.753.811	38.199	750	7.792.760
Regularização de inventários	2.324	(112)		2.212
Inventários finais (Nota 8)	(592.221)	(103.682)	(4.638)	(700.541)
	7.702.855	46.648	199	7.749.702

21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Tranporte marítimo de produtos	702.237	564.165
Serviços Vivo Energy- Armazenagem/Carregamento	31.975	25.034
Serviços compropriedade	48.482	39.436
Conservação e reparação	59.940	51.745
Seguros	40.113	40.062
Transporte Rodoviário	31.198	30.865
Vigilância e segurança	30.459	30.964
Publicidade e propaganda	5.063	5.896
Comissões a intermediários	28.581	24.776
Trabalhos especializados	20.675	15.366
Electricidade	14.387	15.083
Deslocações e estadas	7.602	7.316
Serviços Informática	19.023	15.714
Combustiveis e outros fluídos	14.128	11.338
Comunicação	11.168	11.418
Água	6.536	5.500
Rendas e alugueres	5.095	3.506
Limpeza, Higiene e Conforto	8.291	13.280
Honorários	3.975	3.122
Material de escritório	3.338	2.182
Estudos e pareceres	61	125
Outros Fornecimentos e Serviços	87.377	74.826
	1.179.702	991.718

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Transporte marítimo de produtos" inclui, essencialmente, os gastos de transporte inter-ilhas dos diferentes produtos comercializados pela Empresa, sendo uma parte significativa deste saldo constituído pelos gastos debitados pela subsidiária Enamar (Nota 32).

A rubrica de "Conservação e reparação", no montante de mECV 59.940 inclui, essencialmente, gastos de manutenção das instalações e das infraestruturas ocorridos no decurso do exercício de 2021.

O montante de mECV 48.482 respeita aos gastos debitados pela Vivo Energy relativos às despesas de funcionamento das instalações detidas em regime de compropriedade.

O montante de mECV 40.113 refere-se ao seguro de transporte inter-ilhas de produtos petrolíferos, seguro de incêndio, seguro marítimo de cascos e seguro de responsabilidade civil.

O montante registado em "Vigilância e segurança" refere-se a serviços de vigilância das nossas instalações.

O valor das "Comissões a intermediários" refere-se às comissões de venda pagas aos revendedores de gás.

O valor da rubrica "Outros fornecimentos e serviços" refere-se essencialmente aos gastos suportados com fardamentos, cedência de pessoal e refeições para os colaboradores em regime de turno.

22. GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Remunerações aos orgãos de gestão (Nota 32)	4.273	4.615
Remunerações ao pessoal	349.231	324.024
Encargos sobre remunerações	44.481	32.754
Benefícios pós-emprego (Nota 31)	14.784	20.560
Formação	2.143	2.240
Indemnizações	6.198	481
Outros	5.505	3.532
	426.615	388.206

Na rubrica de "Encargos sobre remunerações", a Empresa regista os encargos com a Previdência Social, os quais correspondem a 16% dos ordenados e salários, horas extraordinárias, subsídios, diuturnidades e outras remunerações de carácter permanente.

O saldo da rubrica "Benefícios pós-emprego" corresponde ao gasto imputável ao exercício de 2021 das responsabilidades assumidas pela Empresa no decurso dos exercícios de 2015 a 2021, com pré-reformas dos seus ex-funcionários.
Até à entrada na idade da reforma, a Empresa irá assegurar o pagamento de 80% (a partir de 2021 será 75%) da atual remuneração dos funcionários, incluindo os custos com previdência social. O valor destas responsabilidades foi atualizado utilizando a taxa de desconto de 3%, correspondente à taxa de juro das obrigações do Tesouro, com maturidade de 5 anos. A idade de reforma efetiva é de 60 anos para as mulheres e 65 anos para os homens.

23. IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER E AJUSTES DE INVENTÁRIOS

As perdas por imparidade de dívidas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como se segue:

	2021	2020
Imparidades:		
Clientes (Nota 14)	(132.234)	(102.143)
Outras contas a receber (Nota 14)	(856)	629
Total de imparidade em contas a receber	(133.090)	(101.514)
Inventários (Nota 14)	(3.521)	(5.096)
	(136.611)	(106.610)

24. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Diferenças de câmbio favoráveis	50.407	47.502
Receitas Compropriedade	13.717	22.604
Sinistros	452	1.021
Ganhos em inventários	990	16.706
Aluguer de equipamentos (Nota 4)	40.150	35.214
Correções exercícios anteriores	57.741	71.397
Rendas	20.574	18.083
Outros rendimentos	30.298	20.670
	214.329	233.197

No saldo total registado na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" inclui o montante de mECV 46.797 relativo a receitas obtidas com a Enamar (Nota 32).
O saldo da rubrica "Correções de exercícios anteriores", corresponde essencialmente a regularização contabilística de saldos com elevada antiguidade, bem como a regularização de estimativas (Notas 17 e 18).

25. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Diferenças de câmbio desfavoráveis	46.817	93.397
Impostos	105.407	91.559
Perdas em inventários	1.487	13.775
Donativos	513	377
Correções exercícios anteriores	41.336	52.860
Outros	6.603	6.256
	202.162	258.223

A rubrica de "Impostos" inclui impostos indiretos apurados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e tem a seguinte composição:

	2021	2020
Taxas de Regulação - ARME	57.047	52.084
Taxas de licenciamento e alvarás	4.574	4.413
Taxas portuárias	1.766	2.976
Renda Concessão	31.236	22.536
Direitos e encargos aduaneiros	2.201	2.231
Outros	8.582	7.319
	105.407	91.559

O montante de mECV 57.047 registado na rubrica de "Taxas de Regulação - ARME" corresponde, essencialmente à taxa da ARME. A taxa ARME, é uma tarifa paga pelas empresas reguladas pela Agência Reguladora Multisectorial da Economia, teve início no exercício de 2003 e corresponde a 0,60 Ecv /litro ou Kg de produto vendido.

A rubrica de "Taxas portuárias" no montante de mECV 1.766 corresponde ao gasto de movimentação de produtos inter-ilhas.

O saldo da rubrica "Correções de exercícios anteriores", corresponde essencialmente a regularização contabilística de saldos com elevada antiguidade, bem como a regularização de estimativas (Nota 11).

26. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Os gastos dos ativos depreciáveis e amortizáveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram os seguintes:

	2021	2020
Gastos de depreciação e amortização:		
Ativos fixos tangíveis (Nota 3)	263.465	259.609
Propriedades de investimento (Nota 5)	206	206
Ativos intangíveis (Nota 6)	19.244	18.864
	282.914	278.678

27. GANHOS E PERDAS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2021	2020
Perdas:		
Juros e perdas similares suportados	150	3
	150	3
Ganhos:		
Juros e ganhos similares obtidos	2.732	4.379
	2.732	4.379
Resultados financeiros	2.582	4.376

Em 2021 os juros correspondem a remuneração dos depósitos a ordem.

28. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A estimativa para imposto sobre o rendimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi como se segue:

	2021	2020
Imposto corrente	59.371	-
Imposto diferido:	7.639	5.295
	67.011	5.295

Os impostos correntes apurados pela Empresa nos últimos seis exercícios e o correspondente valor pago no exercício seguinte, foram como se segue:

Exercício	Estimativa de imposto sobre o rendimento	Imposto liquidado
2016	146.669	24.178
2017	200.000	172.353
2018	260.897	193.000
2019	166.962	306.143
2020	5.295	98.789
2021	67.011	-
	846.832	794.463

Exercício	Imposto estimado	Adiantamento	Pagamento	Saldo
2018	260.897	128.130	130.419	2.347
2019	166.962	175.724	0	-8.763
2020	5.295	98.789	0	-93.495
2021	67.011	0	0	67.011
	500.163	402.643	130.419	-32.900

A Empresa no decurso do exercício de 2021 reconheceu ativos por impostos diferidos, relativos ao montante do valor atual com os gastos de pré-reforma, os quais são aceites fiscalmente com o pagamento aos beneficiários. O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

	2021		Aumento / (redução) exercício (Nota 31)	2020		Aumento / (redução) exercício (Nota 31)
Diferenças	Base	Imposto diferido		Base	Imposto diferido	
Ativas	39.733	8.916	7.639	60.555	16.555	5.295
Custos com pré-reformas	39.733	8.916	7.639	60.555	16.555	5.295

29. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS NÃO RECONHECIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os compromissos financeiros não reconhecidos nas demonstrações financeiras nessa data, são os seguintes:

Natureza	Descrição	Montante 31.12.2021			Montante 31.12.2020		
		Valor	Divisa	Valor em mECV	Valor	Divisa	Valor em mECV
Compras firmes de inventários:							
	Gasóleo	3.653.702	Euro	402.875	1.879.190	Euro	207.209
	Fuel	4.330.298	Euro	477.480	1.623.178	Euro	178.980
	Fuel 180	-		-	17.883	Euro	-
	Jet A1	2.902.480	Usd	282.667	1.756.144	Usd	157.853
	Butano	404.847	Euro	44.640	210.901	Euro	23.255
	Mogas	276.796	Euro	30.521	157.083	Euro	17.321
	Betumes	505.000	Euro	55.684	-		-
				1.293.868			586.589

30. GARANTIAS PRESTADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as garantias prestadas eram como se segue:

Beneficiário	Validade	2021	2020
Alfândega da Praia	1 Ano	50.000	100.000
Alfandega do Mindelo	1 Ano	250.000	300.000
Alfandega do Sal	1 Ano	70.000	80.000
		370.000	480.000

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa não identificou passivos contingentes, para além dos descritos neste anexo.

31. IMPOSTOS

A Empresa encontrou-se sujeita aos seguintes impostos no decurso dos exercícios de 2021 e 2020:

i) Previdência social – A contribuição da Empresa corresponde a 16% das remunerações com carácter regular dos empregados.

ii) Direitos aduaneiros – Este imposto incide sobre as importações de bens efetuadas pela Empresa. Estes direitos são variáveis e calculados de acordo com a tábua aduaneira em vigor. Encontram-se isentas de direitos aduaneiros, todos os produtos petrolíferos destinados à reexportação. De acordo com o novo mecanismo de fixação de preços dos produtos petrolíferos publicado através da Resolução nº 2/2003, todas as compras de gasóleo para venda no Mercado interno estão sujeitas a direitos aduaneiros.

iii) Imposto sobre Rendimentos de Pessoas Coletivas – Este imposto é apurado com base nos resultados da Empresa, correspondendo para os contribuintes do regime a uma taxa de 25% sobre a matéria coletável. Para o apuramento da matéria coletável, são reduzidos aos resultados da Empresa os proveitos relativos a provisões tributadas em anos anteriores e outros benefícios fiscais em vigor e acrescidos, essencialmente, os custos relacionados com provisões não aceites fiscalmente e gastos relativos a exercícios anteriores apurados e reconhecidos no exercício. Em 1 de janeiro de 2015, o Imposto Único sobre os Rendimentos foi substituído pelos Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas e Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares. Nos termos do artigo 89º do IRPC, a empresa está sujeita a tributação autónoma sobre determinadas despesas efetuadas ou suportadas, às taxas previstas no referido artigo.

No dia 8 de janeiro de 2015 foi publicada, no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, a Lei n.º 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, a qual aprovou o Novo Código do Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRPC), que entrou em vigor no passado dia 1 de janeiro de 2015. Em sentido contrário ao do alargamento da base tributável, o novo Código optou por manter a taxa nominal de IRPC no regime de contabilidade organizada nos 25%.

Com a aprovação do Orçamento do Estado para o exercício económico de 2019 a taxa do IRPC passou para 22%. A taxa do imposto de incêndio manteve-se, ou seja é 2% do IRPC.

iv) Imposto sobre o Valor Acrescentado – Este imposto incide sobre as compras e as vendas efetuadas pela Empresa a uma taxa única de 15%. A Empresa está ao abrigo do Regime que especifica a base de incidência para cada tipo de produto vendido: a) gás butano - a taxa incide sobre 100% do valor da base tributável; b) fuel-óleo – a taxa incide sobre 100% do valor da base tributável (30% em 2012); c) gasóleo – a taxa incide sobre 100% do valor da base tributável (120% em 2012); d) gasolina – a taxa incide sobre

100% do valor da base tributável (300% em 2012); e) petróleo – a taxa incide sobre 100% do valor da base tributável (30% em 2012).

Em 1 de janeiro de 2004, o Imposto sobre o Valor Acrescentado veio substituir o Imposto sobre produtos petrolíferos que, até àquela data, taxava as vendas de gasolina e de gasóleo. De acordo com a Resolução nº 25/2002 de 22 de julho, os valores da Base de incidência do IVA são comunicados pela Agência de Regulação Económica de então, o que sucedeu em 13 de janeiro de 2007.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. O Conselho de Administração entende que as eventuais correções, resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais à situação fiscal e parafiscal da Empresa do exercício em aberto para inspeção, não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A reconciliação numérica entre o gasto de imposto e o produto do lucro tributável pela taxa de imposto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é detalhada como segue:

	2021	2020
Resultado antes de imposto	539.315	(237.381)
Anulação do efeito da equivalência patrimonial (Nota 7)	(69.484)	(68.921)
Custos com pré-reformas (Nota 22)	14.784	20.560
Valores pagos Pré-Reformados	(35.601)	(44.178)
Constituição de perdas por imparidade em inventários (Nota 24)		
Constituição de perdas por imparidade em contas a receber		
Reversão de provisão	(18.956)	(50.000)
Provisões não aceites		18.956
Outras diferenças permanentes	78.192	16.812
Lucro tributável	508.250	(344.150)
Dedução prejuizos fiscais	251.601	
Matéria colectável	256.649	
Imposto apurado taxa de 22%	56.463	-
Taxa de Incêndio (2% do IUR)	1.129	-
Tributação autónoma	1 779	-
Imposto corrente do período	59.371	-
Impostos Diferidos (Nota 28)	(7.639)	(5.295)
Gastos com impostos sobre o rendimento	(67.011)	(5.295)

A Empresa em 2013 e 2014 recebeu diversas notificações, em resultado de inspeções das Autoridades Fiscais às declarações fiscais da Empresa relativas aos exercícios de 2008 a 2011 e de 2013, as quais tem vindo a ser contestadas pela mesma, tendo as Autoridades Fiscais ("AT") emitido em fevereiro de 2015 as certidões de relaxe relativas aos exercícios de 2008 a 2011, em sede de Imposto Único sobre o Rendimento (IUR). No início de março de 2015 aquelas certidões de relaxe foram suspensas pelas Autoridades Fiscais, em resultados dos processos de reclamação efetuados pela Empresa e ainda em curso. O detalhe dos impostos adicionais estimados pelas Autoridades Fiscais e o *status* dos processos de reclamação intentados pela Empresa, é o seguinte:

	2008	2009	2010	2011	2013	Total
Montante adicional de imposto	906.060	2.027.621	1.337.828	1.593.594	41.644	5.906.747
Montante pago	-	-	-	-	27.786	27.786
Processo de reclamação já analisado pela AT	Sim	Não	Não	Não	Não	
Montante clarificado após análise pela AT	238.344	-	-	-	-	238.344
Montante adicional de imposto após análise de reclamação	667.716	2.027.621	1.337.828	1.593.594	-	5.640.617
Garantia bancária prestada	Não	Não	Não	Não	Não	

Para as inspeções relativas aos exercícios de 2008 a 2011, com exceção do exercício de 2011 para a qual já existiu diferimento parcial da reclamação da Empresa, aguarda-se ainda o pronunciamento das autoridades fiscais. Para o exercício de 2013, o montante de imposto adicional decorre da fixação da matéria coletável e não de Ação de inspeção pelas Autoridades Fiscais. A Empresa para este processo efetuou o pagamento voluntário de mECV 27.786 já no exercício de 2015, e o valor adicional fixado no montante de mECV 13.859 está em processo de resolução com a Administração Fiscal junto com os demais *dossiês* fiscais.

A Empresa em 2016 recebeu diversas notificações de liquidação adicional de IVA relativo ao ano de 2011, na sequência do pedido de reembolso de IVA relativa ao exercício de 2011, as quais tem vindo a ser contestadas pela mesma. No âmbito das referidas notificações, foi realizada uma inspeção em sede do IVA, que determinou um acréscimo ao valor da liquidação adicional de IVA apresentado através do relatório final de inspeção tributária, a qual passaria de mECV 135.335 para mECV 564.716. Nesse sentido, a Empresa apresentou em 21 de dezembro de 2016, o competente direito de audição prévia contra o projeto de reapreciação da liquidação adicional de IVA referente ao exercício de 2011 no âmbito do processo de reapreciação da liquidação adicional de IVA referente a 2011, a existência de um entrecruzamento da análise ao pedido de reembolso de IVA, solicitado pela Empresa no mês de junho de 2016, e da análise ao processo de IVA referente ao ano 2011, que foi submetido a recurso hierárquico. Com data de 15 de dezembro de 2017, a Empresa foi notificada pela Direção Nacional de Receitas do Estado do indeferimento do recurso submetido pela Empresa, tendo sido mantida a liquidação adicional de IVA no referido montante de mECV 564.716. Em 25 de janeiro de 2018, a Empresa exerceu o seu direito de audição, reafirmando os argumentos anteriormente apresentados, de substância no apuramento nos valores e no não cumprimento pelas autoridades fiscais da legalidade tributária prevista no Código Geral Tributário, pelo que esta reforça que já liquidou o correspondente IVA nos termos da legislação aplicável.

O Conselho de Administração da Empresa considera que aceitar a materialização da correção em referência na esfera da Empresa representaria uma duplicação do IVA a liquidar sobre as mesmas vendas ou mesmo liquidar IVA sobre vendas que se encontram isentas de tributação em sede deste imposto.

Em reunião tida com a Direção Nacional de Receitas do Estado (DNRE), ficou acordado a resolução destes assuntos fiscais pendentes via arbitragem. Na sequência disto, a Enacol e a DNRE já acordaram no árbitro a designar tendo a DNRE ficado de enviar os termos da minuta deste processo.

No dia 29 de junho de 2018, o grupo de trabalho - GTT (Enacol e DNRE) fez uma reunião onde foram definidas as seguintes ações:

1. Cópia da Minuta de criação do GTT - DNRE
2. Identificar um elemento da Agência Reguladora e propor a integração no GTT - DNRE
3. Apresentar um ponto de situação de todos os processos pendentes dos anos 2008-2011 e 2013 - Enacol
4. Distribuição de cópias dos processos a todos os elementos do GTT – DNRE

O ponto 3 acima de responsabilidade da Enacol, foi imediatamente fornecido pela Enacol, sendo que até à data de hoje (dez/2020) não foi obtida informação sobre o desenvolvimento dos pontos de responsabilidade da DNRE.

Em março/2021, recebemos da DNRE, a minuta dos termos de referência para o grupo técnico de trabalho sobre os processos pendentes e de imediato a Enacol deu o seu acordo ao documento apresentado. Desde desta data não temos conhecimento da evolução do processo.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não incluem qualquer provisão para fazer face aquelas notificações e certidões, por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa que as mesmas não se encontram devidamente fundamentadas e que do desfecho desse processo não se estima resultarem perdas por registar em 31 de dezembro de 2021.

32. ACIONISTAS E ENTIDADES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as remunerações dos órgãos de gestão da Empresa, são como segue:

	Total de remunerações 2021 (Nota 22)	Total de remunerações 2020 (Nota 22)
Órgãos de gestão:		
Conselho de administração	3.445	3.455
Conselho Fiscal	538	850
Assembleia Geral	291	311
	4.273	4.615

Nos exercícios de 2021 e 2020, os saldos e transações com acionistas e entidades relacionadas, são como se segue:

	2021				
	Saldos ativos		Saldos passivos		
Nome	Clientes (Nota 9)	Outras contas a receber (Nota 11)	Fornecedores (Nota 17)	Outras contas a pagar (Nota 18)	Acionistas (Nota 15)
Petrogal,SA	60.190	1.875	29.916	-	-
Galp MKT Int., SA	-	875	291	11.774	-
Galp Energia, SA	-	-	-	-	
Sonangol,Ltd.	-	-	-	-	-
Sodigás, S.A.	-	-	-	-	-
Enamar, s.a.	-	-	88.526	-	-
EnacolGest, s.a.	3.259	99	-	289	
	63.449	**2.849**	**118.733**	**12.064**	-

	Transações 2021				
Nome	Vendas e Prestações de Serviço	Outros proveitos operacionais	Fornecimentos e serviços externos	Outros Custos operacionais	Compra de Inventários
Petrogal,SA	108.027	7	430	-	344.488
Galp MKT Int., SA	-	875	30.655	291	637
Galp Energia, SA	-		-	551	-
Sonangol,Ltd.	-	-	-	-	-
Sodigás, S.A.	-	-	36	28	-
Enamar, s.a.	84.692	46.797	644.498	-	-
EnacolGest, s.a.	421.717	-	9.063	-	-
	614.435	47.679	684.682	870	345.125

	2020				
	Saldos ativos		Saldos passivos		
Nome	Clientes (Nota 9)	Outras contas a receber (Nota 11)	Fornecedores (Nota 17)	Outras contas a pagar (Nota 18)	Acionistas (Nota 15)
Petrogal,SA	13.015	1.875	35.325	-	-
Galp MKT Int., SA	-	1.841	-	22.709	177.479
Galp Energia, SA	-		-		
Sonangol,Ltd.	-	-	-	-	-
Sodigás, S.A.	-	-	-	-	-
Enamar, s.a.		25	77.604	-	-
EnacolGest, s.a.	8.586	85	-	303	
	21.600	3.826	112.929	23.012	177.479

	Transações 2020				
Nome	Vendas e Prestações de Serviço	Outros proveitos operacionais	Fornecimentos e serviços externos	Compra de Inventários	Investimentos
Petrogal,SA	42.761	-	441	188.735	-
Galp MKT Int., SA	-	1.750	35.362	277	1.418
Galp Energia, SA	-		-	-	
Sonangol,Ltd.	-	-	-	-	
Sodigás, S.A.	-	-	228	-	-
Enamar, s.a.	44.540	43.788	471.633	-	-
EnacolGest, s.a.	282.058	-	6.882	-	-
	369.358	45.538	514.546	189.012	1.418

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreu qualquer evento subsequente após 31 de dezembro de 2021 com impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas.

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa em 17 de fevereiro de 2022.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENACOL

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2021

Energia de todos

ÍNDICE

PARTE I - INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE 3
A. DECLARAÇÃO DE ACOLHIMENTO 3
PARTE II 9
B. ESTRUTURA ACIONISTA 9
I. ESTRUTURA DE CAPITAL 9
II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS 11
C. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES 13
I. ASSEMBLEIA GERAL 13
II. ADMINISTRAÇÃO 14
III. FISCALIZAÇÃO 18
IV. AUDITOR EXTERNO 20
VI. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 21
VII. REMUNERAÇÕES 21
VIII. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS 22

PARTE I - INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. DECLARAÇÃO DE ACOLHIMENTO

Ao abrigo e para os efeitos do artigo nº 131º do Código do Mercado de Valores Mobiliários (CdMVM), e do n.º 1/2016, de 6 de maio, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 21 – II Série, a ENACOL – Empresa Nacional de Combustíveis, SA (ENACOL) decidiu voluntariamente sujeitar-se ao Código de Governo das Sociedades.

O relatório visa demonstrar a transparência de informações como princípio norteador da ENACOL com as relações estabelecidas com os acionistas e demais partes interessadas – *stakeholders*.

O governo da Sociedade tem evoluído no sentido da aproximação desta às melhores práticas de governo societário e ao Código de Governo da CMVM, tendo acolhido a grande maioria das recomendações conforme quadro abaixo:

	Recomendação	Acolhida	Referências no relatório de governo[1]
	1. Informação		
1	1.1 - A sociedade deve constituir uma estrutura organizativa que assegure, de forma rigorosa e atempada, a divulgação de informação aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Sim	Pontos 25 e 62
2	1.2 - O Conselho de Administração, o órgão de fiscalização e eventuais comissões societárias constituidas para apoio dos órgãos sociais devem dispor de regulamentos internos.	Sim	Pontos 57, 58, 61 e 62
3	1.3 - A Sociedade deve proporcionar , atravéz do seu sitio na internet acesso a informações relevantes sobre os seus indicadores económicos , financeiros e o modelo e práticas de governo , compreendendo designadamente :i) os regulamentos internos dos órgãos sociais e decomissões societárias , ii) a composição , o número de reuniões anuais dos órgãos de administração , de fiscalização e das comissões societárias; iii) os documentos de prestação de contas dos últimos três anos ; iv)as convocatórias das assembleias - gerais e as propostas apresentadas nas assembleias - gerais.	Acolhida parcialmente	A Sociedade tem o seu sitio na internet onde são publicadas os relatorios e contas anuais, as convocatorias das assembleias gerais e informações de natureza comercial.
	2. Informação financeira e Auditoria		
4	2.1 -O órgão de fiscalização deve estabelecer e monotorizar procedimentos formais , claros e transparentes sobre a forma de seleção e relacionamento da sociedade com o auditor externo ou contabilista certificado e sobre a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.	Sim	Pontos 34,35,36
5	2.2 - As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos , comforme sejam respetivamente de quatro ou três anos.	Sim	Ponto 44
6	2.3 - O regulamento interno da sociedade deve fazer depender de autorização do órgão de fiscalização a prestação de serviços diversos de auditoria pelo auditor ou por outra entidade que integre a mesma rede.	Não	Ponto 44

	Recomendação	Acolhida	Referências no relatório de governo[1] Ponto
	3. Conflito de interesses		
7	3.1 - As sociedades devem prever mecanismos eficazes para prevenir a existência de conflitos de interesses , atuais ou potenciais , entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade.	Sim	Pontos 24 e 53
8	3.2 -Os administradores devem comunicar ao conselho de administração todas as transações relativas a valores mobiliários emitidos pela sociedade, bem como, relativas a instrumentos financeiros com estes relacionados, feitas por si ou por qualquer pessoa estreitamente relacionada, designadamente , o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto, descendente a seu cargo e outros familiares que com ele coabitem há mais de um ano e, bem assim, por qualquer outra entidade que seja , diretaou indiretamente , dominada por si, constituída em seu beneficio ou de que seja administrador .	Sim	Ponto 24
9	3.3 - As transações entre partes relacionadas devem ser aprovadas , negociadas e executadas de modo a assegurar a gestão adequada de potenciais conflitos de interesses , bem como a proteção dos interresses do emitente e dos seus acionistas.	Sim	Ponto 51
	4. Orgânica e modelo de governo		
10	4.1 - As sociedades devem proceder anualmente a uma avaliação dos órgãos sociais e do desempenho individual dos seus menbros .	Não	Os orgãos sociais são eleitos por triénios e a sua avaliação é feita com base no periodo do mandato.
11	4.2 - As sociedades devem proceder anualmente a uma avaliação das opções tomadas em matéria de modelo de governo societário e de estrutura orgânica interna.	Acolhido parcialmente	A avaliação é feita ao nível da estrutura organica interna.
12	4.3 -O conselho de administração deve constituir no seu seio as comissões especializadas que entenda necessárias para a avaliação, definição acompanhamento, supervisão ou fiscalização de matérias de remunerações e avaliação do desempenho , nomeações de quadros dirigentes e desempenho do órgão de administração executivo.	Sim	Ponto 25

	Recomendação	Acolhida	Referências no relatório de governo[1] Ponto
13	4.4 - As sociedades devem dispor de um sistema de controlo interno eficaz e adequado á sua dimensão, complexidade e riscos que afectam a sua atividade .	Sim	Pontos 57 e 62.
14	4.5 - O regulamento do conselho de administração deve prever que em caso de conflitos de interesses, o membro do conselho de administração que se encontrar em conflito deve informar previamente a sociedade sobre a existência de conflito e de descrever a natureza e extenção de tal interesse e, caso este seja substancial , abster -se de participar em qualquer reunião em que decorra a discussão ou a votação de qualquer proposta que a esse conflito de interesses diga respeito , sem prejuizo da observância de outras normas legais ou regulamentares sobre conflitos de interesses.	Sim	Ponto 24
15	4.6- As sociedades devem promover uma relação de equilibrio no que se refere ao género dos menbros dos órgãos sociais , comprometendo -se a incluir pelo menos 30% do género sub-representado nos órgãos sociais .	Não	Ponto 23
16	4.7- A sociedade promove os melhores esforços para que os estatutos, regulamentos, demais documentos reguladores da vida da sociedade e as práticas adotadas sejam alterados , de modo a que a inclusão de candidatos em listas a submeter a votação em assembleia -geral por sócios, ou a apresentação de candidatos para designação pelo órgão de administração e fiscalização seja obrigatoriamente precedida de um processo de seleção e avaliação.	Não	A proposta para nomeação dos orgãos de fiscalização e administração é feita pelos accionistas de referencia da sociedade.
17	4.8 - Os membros do órgão de administração e fiscalização têm o dever de comunicar imediatamente á sociedade qualquer facto superveniente á sua designação que altere ou possa alterar -segundo uma apreciação razoável - a avaliação da sua aptidão individual, idoneidade , experiência , competência e conhecimentos, disponibilidade ou adequação ás funções atribuídas .	Sim	Ponto 19
	5. Órgãos de fiscalização		
18	5.1- Os menbros do órgão de fiscalização devem possuir a experiência e qualificação profissional necessárias ao exercicio das suas funções , tendo em conta a responsabilidade subjacente ao exercicio das competências que lhes são atribuidas , a complexidade da actividade da sociedade e a respetiva dimensão.	Sim	Pontos 34, 35 e 36
19	5.2- O órgão de fiscalização deve incluir pelo menos um membro que seja auditor ou contabilista certificado.	Sim	Pontos 35 e 36
20	5.3 - Pelo menos metade dos membros do órgão de fiscalização deve ser independente .	Sim	Ponto 35

	Recomendação	Acolhida	Referências no relatório de governo[1] Ponto
	6. Relações entre òrgãos		
21	6.1- O regulamento do conselho de administração deve prever que os titulares dos órgãos da sociedade têm o poder de exigir informações sobre a actividade da sociedade aos demais titulares do mesmo órgão e aos demais órgãos da sociedade, na medida em que se revelem necessárias ou convenientes para o pleno exercício das suas competências.	Sim	O Conselho de Administração é o órgão maximo da sociedade, pelo que todas as demais estruturas tem a obrigação de prestar todas as informações. A sociedade não dispõe de uma comissão executiva. A gestão corrente da sociedade está delegada no Director Geral conforme previsto nos estatutos da sociedade.
22	6.2- O regulamento do conselho de administração deve prever que os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais , devem prestar , em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Não aplicável	Ponto 21
23	6.3- O regulamento do conselho de administração deve prever que até á sua divulgação pública, nos termos da lei, todos os membros dos órgãos sociais, colaboradores , acionistas, prestadores de serviços e demais pessoas que tenham tido acesso a imformação privilegiada devem guardar estrita confidencialidade, independentemente da natureza do vinculo existente com a sociedade.	Sim	Todos estão submetidos a guardar sigilo sobre as informações que tenham acesso.
	7. Assembleia-geral e participação acionista		
24	7.1- As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias-gerais .	Sim	Ponto 16
25	7.2- O presidente e, caso exista, o vice-presidente da mesa da assempleia-geral devem ser independentes.	Sim	Ponto 15
	8. Ógão de administração		
26	8.1- As sociedades devem incluir um número adequado de administradores não executivos independentes, pelo menos superior a metade do número dos administradores executivos, a quem cabe em particular: a) Acompanhar a eficácia dos sistemas de controlo interno; b) Acompanhar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira; c) Acompanhar o cumprimento das regras internas em matéria de prevenção de gestão de conflito de interesses; d) Contribuir ativamente para a definição e execução da estratégia da sociedade.	Não aplicável	Pontos 20 e 21
27	8.2- As sociedade devem submeter a possibilidade de exercício, por administradores executivos , de funções executivas noutras sociedades a aprovação prévia do conselho de administração ou do órgão de fiscalização.	Não aplicável	Pontos 21

	Recomendação	Acolhida	Referências no relatório de governo[1] Ponto
28	8.3- As sociedades devem adotar uma política de remunerações que assegure o alinhamento de interesses dos administradores e demais dirigentes com o interesse da sociedade e que seja baseado no desempenho efectivo.	Sim	Ponto 54
29	8.4- A estrutura da remuneração individual dos administradores deve assegurar um equilíbrio entre a componente fixa e variável e entre os incentivos de curto , médio e longo prazo devendo o pagamento de uma parte da remuneração variável não inferior a 30% ser diferido por um período mínimo de 3 anos.	Não aplicável	Ponto 54
30	8.5- As sociedades devem divulgar no relatório sobre o governo das sociedades a remuneração dos administradores executivos, os planos existentes de distribuição de ações e os traços gerais dos sistemas de benefícios de reformas.	Não aplicável	Ponto 21
31	8.6- Quando a dimensão da sociedade assim o justifique , deve ser criada uma comissão de remuneração composta por uma maioria de menbros independentes .	Não aplicável	Ponto 54
	9. Assembleias de obrigacionistas		
32	9.1- As entidades emitentes de obrigações e outros valores mobiliários representativos de dívida asseguram e suportam os custos relativos aos meios humanos, técnicos e materiais adequados á realização das assembleias de obrigacionistas e ao cabal desempenho das competências do representante comum dos obrigacionistas.	Não aplicável	A sociedade não é emitente de obrigações
33	9.2- As deliberações da assembleia de obrigacionistas sobre propostas de concordata e de acordo de credores, assim como de autorização do representante comum para a propositura de ações judiciais , bem como , quaisquer outros assuntos relativos ao exercício dos direitos decorrentes da titularidade de obrigações perante a sociedade emitente são aprovados , em primeira convocação , por metade dos votos correspondentes a todos os obrigacionistas e, em segunda convocação , por dois terços dos votos emitidos.	Não aplicável	A sociedade não é emitente de obrigações

	Recomendação	Acolhida	Referências no relatório de governo[1] Ponto
	10. Representante comum dos obrigacionistas		
34	10.1- O representante comum dos obrigacionistas deve ser independente em relação á sociedade emitente, o que se considera não acontecer quando beneficie ou tenha beneficiado de vantagens particulares da sociedade, quando tenha estabelecido uma relação comercial significativa com a sociedade ou com outra que, com esta, se encontre em relação de domínio ou de grupo ou quando esteja vinculado a interesses de empresa concorrente.	Não aplicável	A sociedade não é emitente de obrigações
35	10.2- O representante comum dos obrigacionistas imforma a assembleia de obrigacionistas de qualquer facto superveniente que gere ou possa vir a gerar uma situação em que a prossecução do interesse comum dos obrigacionistas conflitue com um interesse próprio, ou com um interesse de pessoa ou entidade com ele vinculada .	Não aplicável	A sociedade não é emitente de obrigações
36	10.3 - Nos casos indicados no ponto 10.2, o representante comum dos obrigacionista não pode atuar em representação dos obrigacionistas até que a assembleia de obrigacionistas o autorize , em primeira convocação , por metade dos votos correspondente a todos os obrigacionistas e, em segunda convocação , por dois terços dos votos emitidos.	Não aplicável	A sociedade não é emitente de obrigações
37	10.4 - O representante comum dos obrigacionistas prossegue o interesse comum dos obrigacionistas e exerce as suas competências assegurando a igualdade de tratamento dos obrigacionistas.	Não aplicável	A sociedade não é emitente de obrigações
38	10.5 - Apenas em casos excepcionais pode o representante comum dos obrigacionistas promover formas de exercícios dos direitos decorrentes da titularidadde de obrigações que privilegiem um ou mais obrigacionistas . Esta faculdade , bem como a processecução simultânea de interesses particulares de obrigacionistas, depende de autorização por deliberação maioritária da assembleia de obrigacionistas, em que o obrigacionista relevante não pode votar e que deverá contar com o voto favorável dos obrigacionistas afectados.	Não aplicável	A sociedade não é emitente de obrigações

1) Exceto quando mencionado de outra forma

PARTE II

B. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

5. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

Em 31/12/2021, de acordo com a Bolsa de Valores de Cabo Verde, a ENACOL contava com 963 acionistas. À mesma data do ano anterior o número era de 960 acionistas.

As **participações qualificadas**, a 31/12/2021 tinham a seguinte composição:

- **Grupo Galp**, um operador integrado de energia, com atividades que se estendem desde a exploração e produção de petróleo e gás natural, à refinação e distribuição de produtos petrolíferos, à distribuição e venda de gás natural e à geração de energia elétrica, com sede física em Portugal e atividade em mais de 11 países, detentora de 48,29% do capital social;

- **Sonangol Cabo Verde,** pertencente ao grupo Sonangol, empresa estatal angolana de hidrocarbonetos, com sede em Angola e presença em vários países do mundo, detentora de 38,99% do capital;

As ações da ENACOL que livremente se transacionam no mercado – *free float* – correspondem a 35% do capital, equivalente a 350.000 ações. Fora do âmbito das transações bolsistas encontram-se 32,5% da Galp Marketing International, S.A., e 32,5% da Sonangol Cabo Verde.

Estrutura acionista da ENACOL em 31/12/2021

- Galp Marketing International – 48,29%
- Sonangol Cabo Verde – 38,99%
- Demais acionistas – 12,72%

Código da ação da ENACOL - ENA
Código e Classificação - ISIN CVENAOAM0007 CFI
Mercado - BVC Local *Securities*
Tipo Ações – Ação Ordinária Continuo

6. Restrição à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações.

As ações da ENACOL são livremente transmissíveis, nos termos do regime geral aplicável, não existindo restrições estatutárias que coloquem entraves à respetiva transmissibilidade ou titularidade. Os Estatutos da ENACOL não preveem a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

7. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias.

A 31 de dezembro de 2021, a ENACOL não detinha ações próprias em carteira.

8. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Os Estatutos da ENACOL consagram a aplicação da regra de que a cada 100 ações corresponde um voto ("100 *share*, *one vote*"), não existindo disposições estatutárias nem outros instrumentos

jurídicos que prevejam qualquer limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou ainda em concertação com outros acionistas.

Ao mesmo tempo, os Estatutos da ENACOL não contêm quaisquer disposições destinadas a evitar o sucesso de ofertas públicas de aquisição, nem estabelecem qualquer blindagem de votos.

9. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, exceto se a Sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.

A ENACOL não é parte de acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade, na sequência de uma oferta pública de aquisição.

A ENACOL não adota medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

10. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

O Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de acordos parassociais relativos à ENACOL que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de exercício de direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

11. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

À semelhança do regime aplicável em alguns países europeus, o direito cabo-verdiano estabelece deveres de comunicação à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e à ENACOL para os acionistas e outras entidades que reúnam determinados requisitos previstos no artigo 93.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM) sempre que as participações que lhes sejam imputáveis atinjam, ultrapassem 10%, 20%, 1/3, 50%, 2/3 e 90% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da ENACOL.

As participações qualificadas no capital social da ENACOL, a 31 de dezembro de 2021, calculadas de acordo com o referido regime, estão descritas na tabela seguinte.

Acionistas	N.º ações	% de direitos de voto
Galp Marketing International		
Titularidade	482.871	48,287%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	**482.871**	**48,287%**
Sonangol Cabo Verde		
Titularidade	389.904	38,990%
Outras situações de imputação	-	-
Total imputável	**389.904**	**38,990%**

12. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A 31 de dezembro de 2021, o Administrador João Bento Silva Neto era titular de 5.657 ações da Sociedade. Os restantes membros dos órgãos de administração e fiscalização não detêm ações.

13. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade.

No contexto da atividade corrente da ENACOL, foram realizados negócios em condições normais de mercado para operações similares com a Petrogal, S.A., empresa detida a 100% pela sociedade Galp Energia SGPS, S.A., acionista indireta da ENACOL, em que empresas celebraram transações de compra e venda de Lubrificantes.

14. Indicação dos poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital, com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

O Conselho de Administração da ENACOL dispõe dos poderes de administração da Empresa tipicamente previstos na legislação societária para o respetivo modelo de governo societário, não se prevendo nos Estatutos quaisquer poderes especiais daquele órgão, nomeadamente a possibilidade de o Conselho de Administração deliberar sobre o aumento do capital social da Sociedade.

C. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia-geral

15. Identificação e cargo dos membros da mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (início e fim).

Nos termos do disposto do artigo 12.º dos Estatutos da ENACOL, a mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e um Secretário, eleitos pela Assembleia. Os membros da mesa da Assembleia Geral eleitos para o mandato referente ao triénio 2020-2022, são os que de seguida se indicam:

· Presidente: Vanda Maria Lima Évora · Secretário: Margarida Maria Varela de Carvalho

b) Exercício do direito de voto

16. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto.

Os Estatutos da ENACOL consagram a aplicação da regra de que a cada 100 ações corresponde um voto ("*100 share, one vote*"). Os acionistas possuidores de um número de ações que não atinja o limite mínimo para um voto, poderão agrupar-se de forma a, em conjunto, e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o número necessário ao exercício do voto.

O exercício do direito de voto é efetuado, nos termos do disposto do artigo 9.º dos Estatutos da ENACOL, podendo os acionistas participar, discutir e votar na Assembleia Geral, pessoalmente ou através de representante, desde que, seja dirigida carta ao Presidente da Mesa, cabendo a este apreciar a autenticidade da mesma.

A ENACOL não estabeleceu quaisquer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação.

17. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do artigo 93.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Os Estatutos da ENACOL não preveem qualquer limitação aos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações que concorrem para a imputação de direitos de voto nos termos do n.º 1 do artigo 93.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

18. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Resulta dos Estatutos da ENACOL, em conformidade com a legislação societária aplicável, que as deliberações da Assembleia Geral são aprovadas por maioria simples dos votos emitidos, não se contando as abstenções, salvo nos casos em que a lei ou os Estatutos exijam maiorias qualificadas.

Os Estatutos da Sociedade estabelecem ainda que não se consideram tomadas, contra o voto expresso correspondente às ações pertencentes ao Estado, qualquer que seja o ser número, as deliberações sobre a vida societária da ENACOL relativa às seguintes matérias:

a) Alteração do contrato de sociedade;
b) Fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade;
c) Limitação do direito de preferência dos acionistas;
d) Trespasse da concessão;
e) Condicionamento à livre transmissibilidade pelo Estado das ações de que é titular;
f) Outras, pelas quais o contrato de sociedade exija maioria qualificada.

II. ADMINISTRAÇÃO

a) Composição

19. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração

Cabe aos acionistas reunidos em Assembleia Geral eleger e substituir os membros do Conselho de Administração, incluindo o respetivo presidente.

Em caso de falta definitiva ou impedimento temporário de algum dos membros do Conselho de Administração, compete ao próprio órgão de administração proceder à respetiva substituição através de cooptação, devendo submetê-la a ratificação na Assembleia Geral seguinte.

Os Estatutos da ENACOL estabelecem que os membros do Conselho de Administração são designados por períodos de três anos civis, renováveis, contando o ano civil da designação como um ano completo. Os membros deste órgão consideram-se empossados no momento da sua eleição e mantêm-se no exercício das respetivas funções até à eleição, cooptação ou designação de substituto, salvo os casos de renúncia ou destituição, em que o exercício de funções é mantido nos prazos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

20. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

De acordo com os Estatutos da ENACOL, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de 3 e um máximo de 5 administradores, designados por períodos de três anos, sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes.

Na reunião de Assembleia Geral do dia 18/03/2020, foi eleito o novo Conselho de Administração conforme abaixo:

Membros do Conselho de Administração

Nome	Cargo	Data primeira designação	Data termo mandato
Jorge José Borges de Carvalho	Presidente	2014	2022
António Luís dos Santos Neves	Vogal	2014	2022
João Bento da Silva Neto	Vogal	2017	2022
Ana Teresa Coelho Pina	Vogal	2019	2022
Ricardo Jorge Vilhena de Almeida	Vogal	2018	2022

21. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.

No Conselho de Administração, não existem membros executivos no CA nem independentes.

22. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração.

A matriz abaixo representa o mapeamento e a sistematização das competências, conhecimento e experiência dos administradores da ENACOL. Constitui um meio de reflexão no seio do Conselho de Administração e foi estabelecida para avaliar a adequabilidade e complementaridade do conjunto das competências residentes no órgão de administração, em face do alinhamento com os desafios que a ENACOL enfrentará nos próximos anos, assim como de apoiar processos futuros de nomeação.

	Formação Académica					Principal área de experiência						Experiência funcional			
	Engenharia	Economia/Finanças	Gestão e Administração de Empresas	Direito	Gestão e Estratégia	Serviços Financeiros	Governo	Indústria de Bebidas	Mercado de Valores Mobiliários	Telecomunicações	Retalho	Experiência Internacional	Finanças	Marketing	Aprovisionamento
Jorge José Borges de Carvalho	X				X						X	X			
António Luís dos Santos Neves	X											X			
João Bento da Silva Neto	X											X			
Ana Teresa Coelho Pina		X			X						X		X		
Ricardo Jorge Vilhena de Almeida			X			X					X	X	X		

O Conselho de Administração considera que as competências, conhecimento e experiência dos seus administradores são, em conjunto, as adequadas face às atividades prosseguidas pela Empresa e à estratégia definida para os próximos anos.

23. Política da Sociedade quanto à diversidade de género na composição dos seus órgãos sociais.

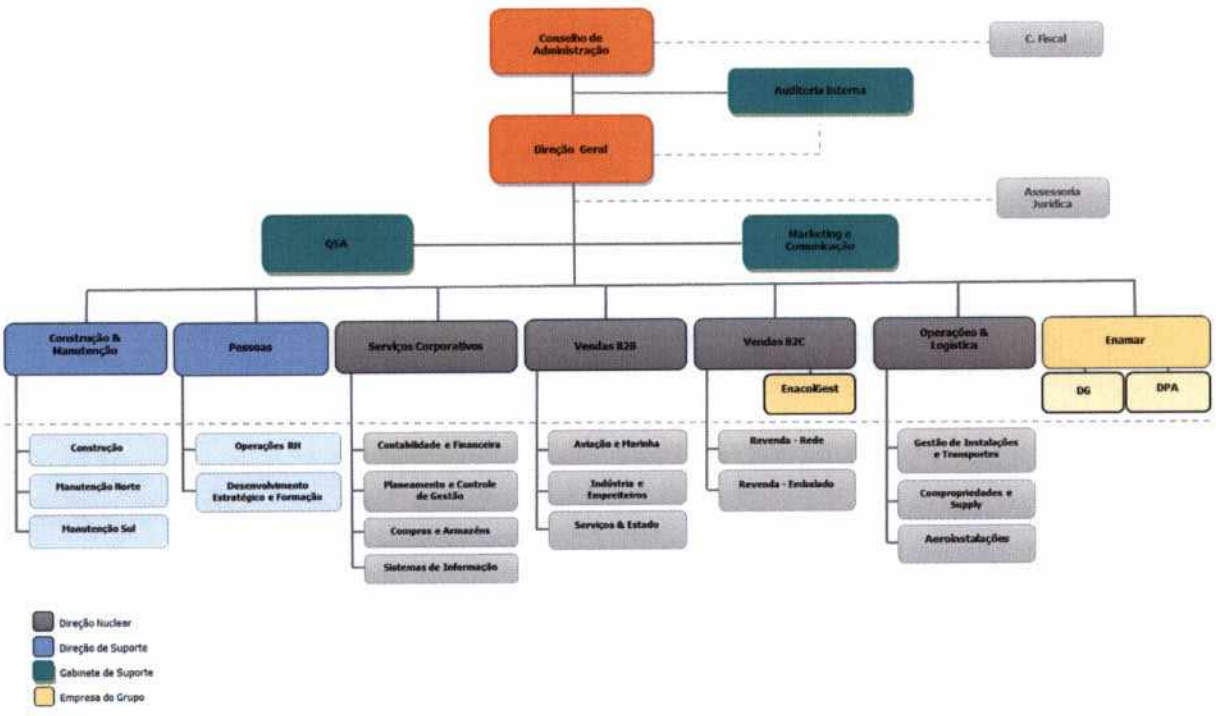
Não existe política da sociedade quanto à diversidade de género.

24. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Não aplicável.

25. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade.

No decurso de 2021, tendo em conta os desafios e ambição do Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração e com foco no Cliente, foram aprovadas algumas alterações do organigrama, passando a Organização a dispor da seguinte estrutura:



b) Funcionamento

26. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração da ENACOL funciona de acordo com o regulamento de organização e funcionamento aprovado por este órgão na reunião de 18 de março de 2020, para vigorar durante o mandato de 2020-2022, e conforme estatutos em vigor.

27. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração.

De acordo com o disposto do artigo 15.º dos Estatutos da ENACOL, o Conselho de Administração deve reunir ordinariamente de três em três meses, salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, e, além disso, sempre que for convocado pelo presidente ou por solicitação vinculativa de qualquer um dos seus membros.

Em 2021, o Conselho de Administração realizou quatro reuniões.

28. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Não aplicável

29. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Não aplicável.

30. Indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do Grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

	Membros Executivos				
Empresas	Jorge José Borges de Carvalho	António Luís dos Santos Neves	João Bento da Silva Neto	Ana Teresa Coelho Pina	Ricardo Jorge Vilhena de Almeida
Galp Marketing International SA	A	-	-	-	-
Enacolgest	PCA	-	-	A	-
Enamar	PCA	-	-	-	A
Galp Moçambique, Lda	PCG	-	-	-	-
Petrogal Moçambique, Lda	A	-	-	-	-
Galp ESWATINI	PCA	-	-	-	-
Petrogás, Lda	PCA	-	-	CF	-
Petrogal Guiné Bissau, Lda	PCG	-	-	A	-
Petromar, Lda	PCA	-	-	CF	-
CLC Guiné Bissau, SARL	PCA	-	-	A	-
ASB – Aero Serviços	G	-	-	-	-

Petrogal Angola, Lda	PCG	-	-	-	CF
Sonangalp	G	-	-	-	-
GALP - IPG Matola Terminal, Limitada	PCG	-	-	-	-
IPG-GALP Beira Terminal, Limitada	A	-	-	-	-
Galp Bioenergy BV	-	-	-	-	A
Galp E&P Brazil BV	-	-	-	-	A
Galp East Africa B.V.	-	-	-	-	A
Galp Energia Overseas Block 14 BV	-	-	-	-	A
Galp Energia Overseas Block 32 BV	-	-	-	-	A
Galp Energia Portugal Holdings BV	-	-	-	-	A
Galp Energia Rovuma B.V.	-	-	-	-	A
Petrogal Brasil BV	-	-	-	-	A

PCA - Presidente Conselho Administração; PCG – Presidente Conselho Gerência; A - Administrador; G - Gerente; PCF - Presidente Conselho Fiscal; CF - Conselho Fiscal

31. Identificação das comissões criadas no seio do Conselho de Administração, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento

Não existem comissões criadas no Conselho de Administração. Os regulamentos de funcionamento podem ser consultados na Sede da ENACOL.

32. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Não aplicável.

33. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Não aplicável.

III. FISCALIZAÇÃO

34. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, funções dos órgãos de fiscalização, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

As funções de fiscalização da Sociedade são atribuídas a um Conselho Fiscal, com um mínimo de 3 (três) membros efetivos (por determinação do artigo 332.º, n.º 1, do CSC) ou Fiscal Único, designados por períodos de três anos, sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes. O Conselho Fiscal é responsável pelo exercício de funções de fiscalização dos negócios sociais em

quatro dimensões essenciais: (i) supervisão da atividade social, (ii) controlo da informação financeira da Sociedade, (iii) fiscalização dos sistemas internos de gestão de riscos, controlo e auditoria interna e (iv) receção (e tratamento) de denúncias de irregularidades. O ROC é responsável por exercer igualmente a função de controlo da informação financeira da Sociedade.

35. Identificação dos membros do Conselho Fiscal

Nome	Cargo	Data primeira designação	Data termo mandato
Itaulina Gomes Pio	Presidente	2014	2022
Carlos Meirinho	Vogal	2018	2022
Adelino Vidal Fonseca (ROC)	Vogal	2020	2022

36. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes.

	Membros Conselho Fiscal		
Empresas	**Itaulina Gomes Pio**	**Carlos Meirinho**	**Adelino Vidal Fonseca (ROC)**
Galp Marketing International SA	-	-	-
CECV - Caixa Económica de Cabo Verde	CF		
Sodigás			CF

A - Administração, CF – Conselho Fiscal

Indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

	Formação Académica					Principal área de experiência						Experiência funcional			
	Engenharia	Economia/Finanças	Gestão e Administração de Empresas	Energia/Petróleo & Gás	Académico	Serviços Financeiros	Governo	Indústria de Bebidas	Mercado de Valores Mobiliários	Telecomunicações	Retalho	Experiência Internacional	Finanças	Marketing	Aprovisionamento

Itaulina Gomes Pio	X	X		X			X
Carlos Eduardo Meirinho	X	X		X		X	X
Adelino Vidal Fonseca	X			X			X

IV. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do Auditor Externo

O atual auditor externo da ENACOL é a AYS - Auditores e Consultores, Sociedade de Auditores Certificados Lda, com inscrição na Ordem dos Auditores e contabilistas Certificados n.º 5.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

A rotação do auditor externo será efetuada de acordo com a política do Grupo Galp devendo a rotação acontecer periodicamente cada seis anos. A rotação aconteceu no exercício de 2019.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

O Conselho Fiscal, enquanto interlocutor da Empresa e primeiro destinatário da informação elaborada pelo auditor externo, avalia anualmente a atividade do auditor externo, apreciando criticamente os relatórios e outra documentação que produza.

No âmbito dos seus trabalhos específicos de auditoria/revisão legal de contas, o auditor externo da Enacol verifica a aplicação das políticas e dos sistemas de remunerações dos órgãos sociais, bem como a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, reportando ao Conselho Fiscal quaisquer deficiências detetadas.

O Conselho Fiscal assegura que, no plano organizativo da Sociedade, nomeadamente no relacionamento com o Conselho de Administração, são disponibilizadas ao auditor externo a informação e as demais condições apropriadas para a realização da respetiva prestação de serviços.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a Sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços, indicação das razões para a sua contratação e indicação da percentagem.

Não aplicável.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços.

A remuneração anual paga pela Sociedade à Empresa de auditoria é de 2.591.228 CVE.

VI. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

51. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas.

No âmbito do reforço qualitativo das boas práticas governativas, a Sociedade assegura o controlo de transações realizadas entre a ENACOL e partes relacionadas, com vista a salvaguardar o interesse do Grupo ENACOL em situações de eventual conflito de interesses, bem como a adoção dos procedimentos internos aplicáveis para cumprimento das normas contabilísticas relevantes, em particular a IAS 24 – Norma Internacional de Relato Financeiro. A referida norma estabelece as regras e os procedimentos internos de identificação, reporte interno e atuação em caso de transações com partes relacionadas.

52. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

No ano de 2021, não houve transações com partes relacionadas sujeitas a controlo do Conselho Fiscal.

53. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação.

A realização pela ENACOL de negócios com titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, depende de parecer prévio do Conselho Fiscal, com vista a salvaguardar o interesse do Grupo em situações de eventual conflito de interesses sem prejuízo do cumprimento das normas legais regulamentares e estatutárias em vigor.

No âmbito das suas funções de fiscalização e com vista a prevenir situações de conflito de interesses, compete ao Conselho Fiscal:

a) solicitar informações sobre a transação em causa ao Conselho de Administração, conforme o caso, através do Secretário da Sociedade;
b) apresentar recomendações ao Conselho de Administração, conforme o caso, designadamente sobre medidas de prevenção e identificação de conflitos de interesses, bem como medidas tendentes a compatibilizar o interesse social da ENACOL ou das sociedades em relação de domínio ou de grupo com esta com a conclusão da transação em causa.

VII. REMUNERAÇÕES

54. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da Sociedade.

São pagas remunerações aos órgãos sociais, aos administradores sob a forma de Prémios de Presença e aos demais órgãos sociais através de Senhas de Presença. O auditor do Conselho Fiscal aufere uma remuneração mensal. A remuneração do Director Geral e dos Diretores da Sociedade é determinada pelo CA.

55. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Não aplicável.

56. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Não aplicável.

VIII. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

57. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

A função de auditoria interna da ENACOL está atribuída à Auditoria Interna.

As matérias relativas à definição dos sistemas de controlo interno da ENACOL constituem funções atribuídas aos Serviços Corporativos que integra as áreas de Assuntos Jurídicos, Secretaria Societária, *Compliance* e DPO, Contabilidade e Fiscalidade, Planeamento e Performance, e Compras não *core*.

À Auditoria Interna, ao Auditor Externo e ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de risco e avaliar o funcionamento do sistema e dos respetivos procedimentos internos.

O Conselho de Administração é responsável pela definição da estratégia e supervisão da gestão do risco.

A Secretaria Societária, *Compliance* e DPO tem como missão definir, implementar e monitorizar políticas de controlo interno, assessorar os responsáveis das áreas da ENACOL, realizar ou gerir averiguações internas, no âmbito de matérias de *compliance* na ENACOL, quer a partir dos Serviços Corporativos quer através de *focal points* das unidades de negócios.

No âmbito das suas funções, o ROC e o Auditor Externo avaliam os mecanismos de controlo interno dos principais ciclos funcionais das empresas do Grupo, com efeitos no relato financeiro.

A implementação dos sistemas de controlo interno cabe às unidades de negócios e aos serviços corporativos da empresa.

58. Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional, face a outros órgãos ou comissões da Sociedade.

A existência de um quadro regulamentar robusto e de uma abordagem disciplinada do risco são elementos importantes numa organização para assegurar que a execução é realizada de acordo

com os objetivos estratégicos, que os riscos aceites são devidamente recompensados e que são criadas mais-valias a longo prazo para os acionistas.

Na ENACOL a organização da gestão do risco assenta no modelo das "três linhas de defesa", em conformidade com as melhores práticas geralmente aceites. A gestão diária do risco, a normalização e a monitorização dos principais riscos, e a garantia do risco, correspondem à primeira, segunda e terceira linhas de defesa, respetivamente.

1.º Linha de defesa do risco – atividades diárias de gestão do risco afetas a cada unidade de negócio da empresa.
2.ª Linha de defesa do risco – Normalização e monitorização dos principais riscos afeta aos Serviços Corporativos.
3.ª Linha de defesa do risco – Garantia do Risco afeta à Auditoria Interna e Auditoria Externa.
A Auditoria Interna avalia, de forma independente e sistemática, o adequado funcionamento dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos da ENACOL, assim como a efetividade e a eficácia da implementação de controlos e de ações de mitigação, informando e alertando regularmente o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal para observações e recomendações mais relevantes e identificação de oportunidades de melhoria, promovendo a sua realização.

Pretende-se, assim, assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos através do acompanhamento contínuo da respetiva adequação e eficácia do acompanhamento das medidas corretivas de eventuais deficiências do sistema e da monitorização permanente dos níveis de risco e implementação dos mecanismos de controlo relativos aos diversos riscos a que a ENACOL está sujeita.

A Auditoria Interna define anualmente um plano de auditorias, baseado nos resultados da avaliação do risco dos diferentes processos e das várias unidades de negócio e nas prioridades estratégicas da ENACOL, que é aprovado pela Direção Geral e pelo Presidente do Conselho de Administração.

Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno e de auditoria interna, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos, fortalecendo, assim, o ambiente de controlo interno.

59. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

Como referido e descrito anteriormente, todas as estruturas orgânicas (unidades de negócio) da ENACOL têm responsabilidades no controlo dos respetivos riscos.

Para além das descritas anteriormente, salientamos a Direção de Qualidade, Segurança e Ambiente e a área de Sistemas de Informação.

60. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade.

As operações comerciais da ENACOL têm uma natureza de longo prazo, o que implica que muitos dos riscos a que está exposta sejam permanentes. No entanto, os fatores desencadeadores dos riscos, internos ou externos, são mutáveis e podem desenvolver-se e evoluir com o tempo, podendo variar em probabilidade, gravidade e detetabilidade.

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Captação e retenção de capital humano qualificado	A execução bem-sucedida da estratégia empresarial da Empresa depende da competência e dos esforços das suas equipas de colaboradores e gestores. Se a Enacol não conseguir, no futuro, atrair, reter e motivar o capital humano certo, isso pode comprometer o sucesso da Empresa e, consequentemente, os seus resultados operacionais e situação financeira.	A ENACOL promove uma estratégia de capital humano baseado numa política de remunerações competitiva, em sistemas de avaliação individual e de desempenho organizacional, com o objetivo de recrutar e reter talento.
Segurança, Saúde e Ambiente (SSA)	Dadas a amplitude e a complexidade das atividades da Empresa, os potenciais riscos nesta área são vastos. Nestes incluem se os riscos de incidentes importantes no âmbito de segurança dos processos e das instalações, de desastres naturais. Incluem – se também os de exposição a riscos operacionais genéricos, de saúde e segurança pessoal, e de atividades criminosas. Um incidente importante deste tipo poderá causar ferimentos ou a perda de vida, danos ambientais ou a destruição de instalações. Conforme a causa e a gravidade, poderá afetar a reputação, o desempenho operacional e a situação financeira da ENACOL.	AENACOL, considera que a proteção do ambiente, a segurança e a saúde dos seus colaboradores, dos clientes e da comunidade, em conjunto com a salvaguarda de ativos, são valores essenciais para a sustentabilidade da Empresa. Desta forma, estabeleceu, um compromisso de integrar os aspetos fundamentais de SSA na estratégia e nas atividades da empresa, bem como da melhoria continua no seu desempenho, para o que a política de SSA é um instrumento essencial.
Falhas se sistemas de informação e *Cyber -Security*	As falhas do sistema, quer sejam acidentais, quer resultem de ações intencionais, tais como ataques informáticos ou outros, incluindo as que são provocadas por falhas de rede, de hardware ou de software, podem ter impactos nefastos a vários níveis. Essas falhas podem, nomeadamente, afetar a qualidade da atividade da Enacol ou causar a interrupção da mesma, podem conduzir a perda, utilização indevida ou abusiva de informação sensível, perda de vidas, danos no ambiente ou em ativos e incumprimentos de âmbito legal ou regulatório, com possibilidade de aplicação de multas ou de qualquer outro tipo de medidas impostas pelas autoridades regulatórias. Estes acontecimentos podem ter consequências para a reputação da Empresa, comprometer gravemente as suas operações e resultar em custos significativos.	A ENACOL mitiga estes riscos através de um conjunto de medidas, incluindo procedimentos de controlo, sistemas de backup, bem como sistemas de proteção, tais como firewall, antivírus e segurança de edifícios.

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Cobertura insuficiente de seguros	A Empresa, em linha com as melhores práticas do setor, contrata seguros contra os riscos inerentes ao negócio. Nos riscos previstos pelos seguros contratados, incluem-se, entre outros, os de prejuízos em imóveis e em equipamentos, de responsabilidade civil, de responsabilidade pelo transporte de gás e de acidentes de trabalho. No entanto, contra certos riscos não se pode contratar um seguro que, do ponto de vista económico, seja razoável. Em condições extremas, a Empresa pode, pois incorrer em perdas resultantes de eventos que não estejam cobertos.	A Empresa tem em funcionamento um programa de seguros que prevê a mitigação de perdas relevantes, consistente com a prática da indústria. Este programa é definido tendo em consideração o tipo de operações e a fase de desempenho das mesmas, a alocação do risco e o contexto legal aplicável, as obrigações contratuais e os ativos em risco. O programa de seguro da Enacol inclui os seguintes seguros: Seguros patrimoniais – cobrindo riscos de danos materiais, avaria de máquinas, perdas de exploração e construção. Seguros de responsabilidade civil – cobrindo riscos de atividade geral. Seguros sociais – cobrindo riscos de acidentes de trabalho, acidentes pessoais e vida. Seguros financeiros – cobrindo riscos de roubo. Seguros de transportes – cobrindo riscos de cargas transportadas. Seguros diversos – cobrindo riscos automóveis, viagens, etc.
Crédito	O risco decorre da possibilidade de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, o que significa que o nível de risco depende da sua credibilidade. O risco inclui tanto a possibilidade de uma das partes não cumprir as obrigações de pagamento assumidas através da celebração de contratos para aplicações financeiras, como os riscos provenientes de relações comerciais entre a Empresa e os seus clientes. O aumento da exposição ao risco pode, de forma relevante e adversa, afetar os resultados operacionais e a situação financeira daENACOL.	O risco de crédito é gerido ao nível da Empresa, seguindo as diretivas do Grupo Galp Energia, adaptadas à realidade local, designadamente no que se refere aos limites de crédito e ações para minimizar ou eliminar o risco. As referidas ações incluem: avaliação e análise do crédito do cliente; gestão de coberturas através de garantias bancárias; monitorização do crédito vencido; adequados esforços de cobrança de dívidas e eficiente gestão de contencioso; cuidadosa elaboração de contratos, com a inclusão de condições comerciais adequadas; monitorização da rentabilidade do cliente, incluindo potenciais reembolsos; otimização dos canais de vendas / distribuição.
Falha no reporte de informação	Relatórios elaborados para o exterior, quer contenham informação financeira ou não financeira, estão dependentes da integridade dos sistemas ou das pessoas. Uma falha no reporte de informação correta e em conformidade com as normas aplicáveis pode resultar em ações judiciais ou do foro regulatório, bem como em danos na reputação da Empresa, com impacto potencial adverso nos resultados de operações da ENACOL e na sua situação financeira.	Todos os relatórios divulgados para o exterior são alvo de uma rigorosa revisão com o intuito de mitigar o risco de alguma falha na informação. Antes da divulgação, os documentos são enviados aos respetivos órgãos de administração e de fiscalização. Todos os documentos de apresentação de informação financeira são aprovados por estes órgãos antes de serem divulgados.

61. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

O sistema de controlo interno consiste num conjunto de políticas e procedimentos adotados com a finalidade de assegurar, com uma probabilidade razoável de êxito, o cumprimento dos objetivos da Empresa em matéria de:

- condução das atividades de forma ordenada e eficiente;
- salvaguarda dos ativos;
- prevenção e deteção de fraudes e erros;
- cumprimento das leis e regulamentos; e
- fiabilidade do reporte financeiro

62. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

O processo de divulgação de informação financeira pela ENACOL é acompanhado tanto pelos órgãos de administração e fiscalização como pelas unidades de negócio e pelos serviços corporativos. Os documentos de apresentação de informação financeira ao mercado de capitais são elaborados pela área de serviços corporativos, com base na informação disponibilizada pelas unidades de negócio, pela área de Contabilidade e Fiscalidade e pela área de Planeamento e Performance.

Antes da divulgação, os documentos são enviados aos órgãos de administração e de fiscalização. Todos os documentos de apresentação de informação financeira são, pois, aprovados por estes dois órgãos antes de serem divulgados.

Mindelo, 17 de fevereiro de 2022

O Conselho de Administração,

Jorge José Borges de Carvalho

João Bento da Silva Neto

Ana Teresa Coelho Pina

António Luís dos Santos Neves

Ricardo Jorge Vilhena de Almeida